



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA**

**SHINDO RENMEI ENTRE DUAS NARRATIVAS: RELEITURAS DA ORGANIZAÇÃO**

**RODRIGO ISHIHARA ABRANCHES**

Foz do Iguaçu

Ano 2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA**

## **SHINDO RENMEI ENTRE DUAS NARRATIVAS: RELEITURAS DA ORGANIZAÇÃO**

**RODRIGO ISHIHARA ABRANCHES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientadora: Prof. Dra. Mirian Santos Ribeiro de Oliveira

Foz do Iguaçu  
Ano 2019

**SHINDO RENMEI ENTRE DUAS NARRATIVAS: RELEITURAS DA  
ORGANIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Latino-Americano  
de Arte, Cultura e História da Universidade  
Federal da Integração Latino-Americana,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em História – América Latina.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dra. Mirian Santos Ribeiro de Oliveira  
UNILA

---

Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos  
UNILA

---

Prof. Dra. Endrica Geraldo  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Rodrigo Ishihara Abranches

Curso: História – América Latina

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: SHINDO RENMEI ENTRE DUAS NARRATIVAS: RELEITURAS DA ORGANIZAÇÃO

Nome do orientador(a): Mirian Santos Ribeiro de Oliveira

Data da Defesa: 27 / 06 / 2019

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho ao meu falecido ojīsan

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a minha família. Minha mãe, pai, irmãos e também aos meus padrinhos, primos e tia, em especial, minha o bāchan.

Agradeço a minha orientadora e professora Mirian, que durante essa jornada de escrita, eu me senti verdadeiramente orientado. Sou grato pelos diálogos, incentivo e paciência.

Agradeço aos meus colegas que fiz durante a Universidade, dentro e fora dela. Principalmente, o pessoal que eu morei junto, colegas de curso.

Por último, e não menos importante, agradeço aos meus amigos de São Paulo

“Karetaki o  
miagete tsukinu  
iminsen”

Hyôkotsu

ABRANCHES, Rodrigo Ishihara. **Shindo Renmei entre duas narrativas: releituras da organização**. 2019. 71. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMO

A presente monografia tem o objetivo de compreender e historicizar o conflito vitorista-derrotista (1945), que ocorreu entre os imigrantes japoneses no período da Segunda Guerra Mundial. Com isso, abordaremos a trajetória do imigrante japonês desde sua chegada (1908), as razões de sua vinda para o Brasil, questões imigratórias e raciais do período. Em seguida, verificaremos essa relação com o período marcado como Era Vargas (1930-1945), o aparato repressivo do Estado, racismo institucionalizado e correlações com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por fim, analisaremos como ocorreu o conflito, e o surgimento do grupo autodenominado como Shindo Renmei. Com o intuito de fundamentar a pesquisa, utilizaremos a abordagem da história *no* cinema, e aplicando no documentário intitulado de Yami no Ichinichi – O crime que abalou a colônia japonesa no Brasil, junto a uma análise comparativa da obra Uma Epopeia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Dessa forma, essa pesquisa proporciona uma crítica a utilização das fontes de depoimentos do DEOPS, ou melhor, a historiografia realizada com o uso. E, também uma reflexão sobre como a identidade cultural desses imigrantes estava vinculada ao conflito.

**Palavras-chave:** Imigrantes japoneses. Identidade. Nacionalismo. Repressão. Shindo Renmei.



ABRANCHES, Rodrigo Ishihara. **Shindo Renmei entre dos narrativas: relecturas de la organización**. 2019. 71. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMEN

La presente monografía tiene el objetivo de comprender e historizar el conflicto victorista-derrotista (1945), que ocurrió entre los inmigrantes japoneses en el período de la Segunda Guerra Mundial. De esa manera, abordaremos la trayectoria del inmigrante japonés desde su llegada (1908), las razones de su venida al Brasil así como cuestiones inmigratorias y raciales del período. Por consiguiente, verificaremos esa relación con el período conocido como Era Vargas (1930-1945), el aparato represivo del Estado, racismo institucionalizado y correlaciones con la Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por último, analizaremos cómo sucedió el conflicto y el surgimiento del grupo autodenominado como Shindo Renmei. Con el intuito de fundamentar la investigación, utilizaremos un abordaje de la historia en el cine, recurriendo al documental titulado "Yami no Ichinichi"– El crimen que avaló la colonia japonesa en el Brasil, junto a un análisis comparativo de la obra "Una Epopeya Moderna: 80 años de la inmigración japonesa en el Brasil". De esa forma, esta investigación proporciona una crítica al uso de fuentes de testimonios del DEOPS, o mejor, la historiografía realizada con su utilización. También, una reflexión sobre cómo la identidad cultural de esos inmigrantes estaba vinculada al conflicto.

**Palabras Clave:** Inmigrantes japoneses. Identidad. Nacionalismo. Represión. Shindo Renmei

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	- Principais figuras que aparecem na	
investigação.....		41



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A IMIGRAÇÃO E O IMIGRANTE JAPONÊS.....	14
1. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA.....	16
1.2 AMBIGUIDADE EM RELAÇÃO À PRESENÇA DO IMIGRANTE JAPONÊS..	21
2. EUGENIA E REPRESSÃO POLÍTICA NA ERA VARGAS.....	27
1. POLÍTICAS PROIBICIONISTAS AOS “INIMIGOS DA PÁTRIA” .....	32
2. O NASCIMENTO DE GRUPOS ULTRANACIONALISTAS.....	35
3 A SHINDO RENMEI EM DUAS NARRATIVAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	39
3.1 YAMI NO ICHINICHI E SUA CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA.....	59
3.2 VITORISTA E DERROTISTA.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
FONTES.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

## **Introdução**

Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos), foi uma associação ilegal, que nasceu no interior de São Paulo no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante os anos de 1930 em diante, o Brasil recebeu um grande contingente de imigrantes japoneses, e o Japão, no decorrer desse período, entrou em guerra com os EUA. Além disso, em 1942 o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Japão, e no mesmo ano alinhou-se aos EUA, tornando assim os imigrantes pertencentes a países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), inimigos da pátria.

Conseqüentemente, esses imigrantes japoneses que já haviam imigrado para o Brasil, ficaram no meio de toda essa complicação da Guerra. Então, durante esse período, os imigrantes japoneses que já estavam sendo alvo de discriminações, sofreram ainda mais com a repressão do Estado brasileiro.

Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, esta situação piorou ainda mais. Os imigrantes não acreditavam nas informações da imprensa brasileira, e muitos não compreendiam o português. Além de que, sua visão de mundo dificultava com que eles acreditassem na derrota.

Foi nesse contexto que eclodiu o conflito entre os próprios japoneses. De um lado, os imigrantes japoneses que não acreditavam na derrota do Japão, se intitulando como vitoristas. E, do outro lado, os esclarecidos, que tinham consciência sobre a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial.

A Shindo Renmei nasceu nesse contexto. De perseguições aos imigrantes japoneses, da vontade de reorganizarem-se, do forte desejo de retornarem aos domínios territoriais do Japão, e de um forte nacionalismo enraizado em sua formação. Por fim, o conflito dentro da comunidade japonesa, terminou com 23 mortes e 86 feridos, 66 esclarecidos e 43 vitoristas.

Depois de muito tempo, principalmente depois de 1990, foram surgindo alguns trabalhos acadêmicos sobre o ocorrido. Entretanto, um dos trabalhos mais conhecidos é do jornalista Fernando Moraes, *Corações Sujos*.

O objetivo geral dessa pesquisa, é analisar a narrativa histórica sobre esse período, e principalmente sobre a Shindo Renmei. Desse modo, dentro do nosso objetivo geral, também buscamos investigar como o conflito vitoristas-derrotista surgiu, e o que propiciou seu surgimento. E, finalmente, examinar questões da identidade cultural desses imigrantes japoneses em tal contexto.

Nesta pesquisa, selecionamos o documentário *Yami no Ichinichi*, e o livro *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil* como fontes.

O documentário conta com a participação de uma pessoa que viveu e participou dos episódios que analisaremos. Já o livro conta com fontes do período que dialogam com o documentário. Então, buscaremos analisar nossas fontes de forma comparativa, até porque trazem aproximações e distanciamentos quanto à narrativa que analisaremos.

Mas, para alcançar nosso objetivo, teremos que recuar um pouco no tempo. Sendo assim, contextualizaremos os processos históricos considerados, situando os aspectos fundamentais para nossa compreensão.

No capítulo 1, começaremos abordando as problemáticas do que é ser um imigrante. Desta forma, consideraremos os elementos que fizeram com que esses imigrantes japoneses viessem ao Brasil, e o que fez com que o Brasil os recebesse. Sendo assim, contextualizaremos algumas questões sobre o Brasil naquele período. Por exemplo, questões ideológicas, econômicas e sociais, para assim, enxergarmos em que posição o imigrante japonês estava nessa equação.

Neste sentido, buscaremos colocar em que dimensão social os imigrantes japoneses estavam inseridos, combinando com as particularidades de sua trajetória e etnia, terminando por demonstrar os estágios da imigração japonesa.

No capítulo 2, abordaremos questões sobre a Era Vargas, e como este período começou a tomar uma posição preocupante em relação aos imigrantes japoneses. Ressaltaremos o papel de alguns personagens e entidades públicas desse cenário.

Com isso, avançaremos para o Estado Novo, período de maior repressão aos imigrantes. Principalmente, os imigrantes que, possuíam vínculos de origem com países envolvidos na guerra.

Por fim, abordaremos o aparato repressivo, junto a evolução de distúrbios dentro da comunidade japonesa. E, evidenciarmos como esse cenário de repressão, e também o contexto da Segunda Guerra Mundial, influenciaram no surgimento de grupos ultranacionalistas na comunidade japonesa.

Finalmente, no capítulo 3, enquadraremos nossas fontes e sua importância para a análise. Com isso, utilizaremos como método, as orientações contidas no livro da escritora Carla Pinsky, sobre fontes audiovisuais. Para assim, expormos a

narrativa histórica contida na obra. Por fim, entrelaçaremos com depoimentos e diários da época do conflito, todos dispostos em nossa segunda fonte.

Após, introduziremos o que identificamos como o principal argumento da obra cinematográfica, e que de certo modo, é de suma importância para uma pesquisa que trabalha com história. A crítica a utilização das fontes.

Terminando, apresentaremos como a identidade cultural dos imigrantes japoneses, além de estarem relacionadas ao conflito vitoristas-derrotista, estavam intimamente ligadas à sua formação, visão de mundo, e contexto histórico. Portanto, é a partir de toda essa conjuntura exposta que iremos abordar nossas fontes.

## **1. A imigração e o imigrante japonês**

Com intenção de desenvolver nossa pesquisa, o tema da imigração japonesa é essencial para nosso projeto. Isto é, devemos averiguar em que momento histórico os japoneses emigraram para o Brasil. Qual a condição do imigrante japonês? O que motivou a emigração e a imigração? Destacamos que, quando abordamos emigração, estamos falando do movimento de pessoas saindo do Japão. E imigração refere-se ao movimento de japoneses entrando no Brasil.

Para começar, ao verificarmos melhor este fenômeno da imigração, enxergamos algumas semelhanças em certos aspectos da condição de imigrante. Por exemplo, no modo em como o imigrante é percebido, como se percebe, e os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que permeiam o fenômeno da imigração. Dessa forma, o imigrante só pode ser percebido indissociavelmente ligado ao trabalho (SAYAD, 1979, p. 55). Com tal característica, este fenômeno acaba se condenando em uma dupla contradição, isto é, entre um estado provisório prolongado indefinidamente ou, ao contrário, um estado duradouro que é vivido de forma provisória (SAYAD, 1979, p.46).

Em outras palavras, o imigrante japonês, assim como muitos imigrantes de diferentes lugares, adentrou nessa experiência com a esperança de acumular dinheiro e voltar ao seu lugar de origem, enxergando sua própria condição de imigrante como provisória.

Portanto, neste fenômeno imigratório como em muitos outros, foi a expansão econômica grande consumidora da imigração, sendo necessário e indispensável para economia e demografia. Nesse sentido, “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir” (SAYAD, 1979, p. 55). Por isso, a imigração, é indissociável ao trabalho.

E neste momento histórico específico adentra até mesmo o tema da colonização, no sentido de ocupar e explorar território. Portanto, o sistema de colonização por meio da imigração é a resposta para a problemática da mão-de-obra, principalmente nos cafezais do oeste paulista (MAKINO, 2010, p.42).

A vinda de imigrantes acalorava um debate acerca da escolha do melhor sistema de colonização e do imigrante ideal, isto é, o imigrante branco, católico e europeu. Mas sabemos que este perfil de imigrante ideal não é estático. Com o



processo da imigração em andamento, não bastava ser somente europeu, o imigrante ideal deveria ter uma procedência latina, ou seja, deveriam ser portugueses, italianos e espanhóis. Entretanto, as restrições aos europeus eram por referentes profissionais, morais, etários ou de saúde.

Imigrante ideal, portanto, é um branco adjetivado, cabendo ao Estado o fomento da imigração européia dentro dos parâmetros da eugenia, da conveniência política e das tendências à assimilação. Isso significa que, entre os brancos, são excluídos os doentes, portadores de deficiência física e mental, velhos, criminosos, gente de “conduta nociva”, etc., além de refugiados, apátridas e as etnias “inassimiláveis”. Alemães, judeus e japoneses estavam incluídos entre os “avessos à assimilação” – uma clara recusa aos contingentes étnicos “irredutíveis”; portugueses e italianos e, eventualmente, espanhóis satisfaziam os padrões da “evolução étnica brasileira” – nos termos de Oliveira Vianna (1932) tinham suficiente “fusibilidade” para compor o melting pot. (SEYFERTH, 2008, p.143).

O imigrante também carrega consigo sua condição de estranho diferente, dado que perturba a unidade da nação porque introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica, algo quase intolerável no nacionalismo (SEYFERTH, 2008, p.4). Além disso, a condição de imigrante carrega consigo sua máxima fundamental, que é a contradição.

Então, tal condição, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição que este “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal. (SAYAD, 1979, p.45-46).

Segundo Sayad (1979), tal dissimulação é operada pelos próprios imigrantes, pela comunidade de origem e também pela sociedade de imigração. E tal dissimulação engendra uma certeza aos imigrantes, a certeza de que eles não estavam sempre seguros. Dessa forma, o ponto central de desvendar essa dissimulação é que se preside o balanço contábil dos “custos” e “vantagens” (SAYAD, 1979, p. 49).

Então a imigração e o imigrante só têm sentido no quadro dos custos e vantagens, isto é, a sociedade de imigração estabelece estes cálculos. Quais as vantagens de negociar a vinda dos japoneses ao Brasil? E quais serão os custos dessa vinda? Dado que este quadro de custos e vantagens está além do horizonte econômico, fazem alusão tanto a questões culturais como sociais.

Então, as “vantagens” da imigração japonesa, presidia no fator de serem agricultores eficientes e a uma adaptabilidade climática. E, o “custo”, de que são inassimiláveis e sua raça inferior (SEYFERTH, 2008, p.143).

A formulação deste balanço contábil vai condensar toda história do fenômeno da imigração, transparecendo assim sua função objetiva, que é a regulamentação dos imigrantes. Regulamentação essa que vai mudando segundo as circunstâncias e populações (SAYAD, 1979, p. 50).

Por isso, circunstâncias como uma crise econômica e o desemprego acabam por engendrar tanto discursos como decisões administrativas em relação à presença dos imigrantes. Desta maneira, servindo de justificativa para textos legislativos que regem sua presença, sua entrada ou estadia no país receptor. E então ocasionando práticas cotidianas em relação aos imigrantes, práticas hostis como a xenofobia e o racismo. Tendo em conta que o imigrante é percebido como um concorrente, em relação ao trabalhador nacional (SAYAD, 1979, p. 52).

A aceitação do japonês como imigrante e elemento aceitável para a nacionalidade não teve a contrapartida do desprezo pelas teorias da desigualdade racial. Ao que parece, prevaleceu o interesse econômico da colonização e do promissor mercado representado pelo Japão como potência imperialista no cenário asiático(...) (SEYFERTH, 2008, p.4).

Além do mais, no caso dos imigrantes japoneses há uma outra problemática, considerando que a vinda de imigrantes europeus é mais desejada ao Brasil. A problemática da “raça amarela”, circunscreve a trajetória do imigrante japonês e sua própria condição de imigrante, assim como as imigrações chinesas. Em resumo, a estigmatização desses imigrantes como indesejáveis, inassimiláveis e racialmente inferiores os acompanha na sua trajetória como imigrantes.

## **1.1 Um breve histórico da imigração japonesa**

Na avaliação dos “custos e vantagens”, apesar de eles serem estabelecidos e calculados pela sociedade de imigração, não podemos negligenciar as particularidades da sociedade de emigração, que também realiza esta avaliação. Nossa intenção não é buscar a fórmula desta equação, e sim buscar aspectos históricos dessa relação.

Então, assim como os Estados Unidos, Canadá e países da América Latina como Peru e México, posteriormente, o Brasil se tornou uma opção de imigração para o governo japonês. O interesse do Japão em promover a emigração ao Brasil advinha primordialmente de dois fatores. O primeiro deles está relacionado ao fim do período isolacionista pelo qual o Japão passou, culminando na Restauração Meiji (1868) que, acelerou o processo de industrialização do país e causou o escoamento da população. O segundo motivo está ligado à ordem internacional, com a entrada do Japão no sistema capitalista de produção. Este projeto deu início a uma política industrial intensiva.

São razões que se resumem na própria existência do Japão como Estado nacional e uma nação no cenário internacional (...). No entanto, a presença dos japoneses fora do seu território mostra a necessidade do Japão se mostrar diante das outras nações. Partindo para outros continentes, desbravando territórios, os japoneses vão deixando as suas marcas em todo o mundo, de acordo com as condições possíveis em cada local, seja pela conquista militar, para a exploração econômica, como só a pesca na Oceania, ou a emigração. (SAKURAI, 2000, p.46).

Com a entrada do Japão no sistema capitalista de produção, criou-se o propósito de competir com as grandes potências mundiais. Com isso, iniciou-se o processo de modernização. Este processo, influenciou em uma política emigratória dos habitantes do país. Do mesmo modo, em 1896, o Japão criou a primeira Lei de Proteção aos Emigrantes. “A lei incentiva a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende” (SAKURAI, 1998, p. 5). Antes da criação desta lei, o país já havia passado por processos de migração interna e emigração para parte da Ásia e Oceania. Estes processos de deslocamento estavam ligados à anexação de territórios e à colonização da Manchúria e da Coreia. Todavia, não fizeram parte de acordos diplomáticos de imigração.

De acordo com Sakurai (2000), o Brasil e o Japão começaram a estabelecer relações diplomáticas ainda no século XIX. Em 1895, os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Mas o Brasil estava longe de ser um país alvo das imigrações. O foco inicial das imigrações eram os EUA, por terem uma economia mais sólida para a época, prometendo assim um sucesso maior para estabilidade dos imigrantes. Esse cenário foi modificado a partir de um conflito que os imigrantes japoneses viveram no estado da Califórnia entre 1905 e 1906.

Em resumo, a questão central é que o Brasil não era a principal alternativa para a imigração japonesa. O principal foco da imigração japonesa foram os EUA. Os EUA eram bem vistos como uma potência antes mesmo do Reforma Meiji, e ofereciam um pagamento maior em comparação ao Brasil. Além disso, o Havaí, também era um destino de imigração, ainda mais, com a anexação em 1900 pelo EUA, era visto como uma porta de entrada aos EUA (MAKINO, 2010, p.31).

Por fim, no final do século XIX a América Latina já era vista como alternativa de imigração ao Japão, principalmente no caso de países como Peru, México, Guatemala, Nicarágua e Brasil. A questão demográfica sob a Reforma Meiji foi um dos fatores, como dito anteriormente. O segundo fator foi o de estabelecer uma relação comercial com esses países. Porque, devido à industrialização do Japão, era fundamental que o país buscasse estabelecer relações com outros países para o fomentar o mercado de consumidores. Por isso, a América Latina era um lugar propício e, logo, os imigrantes seriam “agentes” desta relação (MAKINO, 2010, p.17).

Para o Japão, os acordos de comércio, amizade e navegação (com envolvimento direto ou indireto da imigração) com países latino-americanos seriam benéficos do ponto de vista simbólico porque eram feitos em termos de reciprocidade e não como os antigos “acordos desiguais” com as potências europeias que causavam o trauma da sensação de inferioridade. (MAKINO, 2010, p.17).

Foi com a visita do Ministro Fukashi Sugimura<sup>1</sup> ao Brasil em 1905, que o país se tornou uma alternativa de imigração. O Ministro visitou diversas localidades do Brasil e, ao que parece, foi bem recebido e teve uma boa impressão do país (DAIGO, 2008, p.7).

O Relatório Sugimura, que descrevia a receptividade simpática dos brasileiros, alavancou o interesse do Japão pelo Brasil. Influenciados por este relatório e também pelas palestras proferidas pelo secretário Kumaichi Horiguchi, da Legação japonesa no Brasil, começaram a surgir japoneses decididos a viajar individualmente para o então país desconhecido. (DAIGO, 2008, p.8).

---

<sup>1</sup> Fukashi Sugimura, foi Ministro e terceiro titular da Legação Japonesa.

O relatório de Sugimura influenciou Ryu Mizuno<sup>2</sup> a visitar o Brasil em 1906. Ryu Mizuno foi um dos principais atores a estabelecer de fato uma relação de (e) (i)migração Brasil-Japão, quebrando os impasses legais que coíbiam a migração do Japão para o Brasil. Então, em 1907, o representante da Kokoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Imigração) e a Secretaria de Agricultura de São Paulo firmaram um contrato para o envio de três mil imigrantes japoneses ao Brasil.

Em 1908, um navio a vapor se aproximou do litoral de Santos. Era uma quinta-feira, do dia 18 de junho, o tempo estava bom e coincidentemente era véspera de São João. O Navio Kasato-maru atracou naquela mesma manhã. Trazia consigo 781 imigrantes japoneses para trabalhar nos cafezais do oeste paulista. Também carregava seus pertences, sonhos. Os imigrantes, ao contemplarem as vésperas da comemoração, imaginaram ser uma recepção de boas-vindas ao Brasil (HANDA, 1987, p.4). Este foi o primeiro contingente de imigrantes japoneses que vieram por meio de um acordo entre Brasil e Japão. Mas este foi apenas o início de uma longa jornada da imigração japonesa, e falar de imigração, também é falar sobre um problema social.

Foi em 1908, que o Japão e os EUA assinaram um acordo que acabou com os planos de imigração do Japão. O acordo ficou conhecido como *Gentlemen's Agreement*, um acordo informal que os dois países estabeleceram, devido a conflitos de imigrantes japoneses no estado da Califórnia. Acordo sancionado com medo de que os EUA pudessem sancionar uma lei que proibisse a entrada de japoneses no seu território, como foi feito aos chineses em 1882 (Asian Exclusion Act). Por fim, determinaram que o Japão não emitisse mais passaportes para a entrada de imigrantes japoneses. Além disso, permitiriam somente a entrada de familiares dos imigrantes que já estavam lá, e também o casamento por meio de *picture brides*<sup>3</sup>, uma prática comum mesmo dentro do Japão.

Em contrapartida, o Brasil demonstrava um interesse maior na vinda desses imigrantes japoneses. Além disso, o café como produto teve um papel fundamental na economia brasileira. E se analisarmos mais especificamente o Estado de São Paulo, que acabou sendo um dos maiores produtores de café no Brasil e do mundo. Resumidamente, isto ocorreu pela questão da qualidade da terra, pelo momento

---

<sup>2</sup> Ryu Mizuno, foi presidente da Companhia Imperial de Emigração (Kokoku Shokumin Kaisha), e um dos personagens históricos importantes para a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil.

<sup>3</sup> Noivado realizado por meio da troca de fotos entre os japoneses, mediado por amigos e parentes.

político e o fortalecimento de oligarquias. Sendo assim, o Estado de São Paulo estava influenciada pelos barões do café, que interferiam diretamente na economia e na política do país. Tanto o papel do café como a articulação política para vinda de imigrantes por parte dessa elite foram o estopim para um fluxo maior de imigrantes no Brasil.

A imigração japonesa está diretamente ligada a isso, como tantas outras também. Uma questão de força de trabalho. “Afinal, o que é um imigrante: Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.” (SAYAD, 1962, p. 54). Portanto, a demanda de mão-de-obra nos cafezais, foi um dos fatores importantes na vinda desses imigrantes.

Portanto, podemos enxergar o incentivo à imigração a partir do interesse do Japão, como explicado anteriormente. Mas também percebemos o interesse do Brasil em expandir seu negócio, tanto internamente, como no comércio do café para o Extremo Oriente. Isto fica explícito quando verificamos o primeiro contrato formal de imigração Japão-Brasil, quando Ryu Mizuno o firmou para a vinda de imigrantes ao Brasil. Também ficou sancionado que o mesmo transporte de travessias iria carregar consigo o café brasileiro na volta, além de ser responsável por promover o café nas grandes cidades japonesas (MAKINO, 2010, p.34).

Concluindo, de acordo com Hiroshi Saito (DEZEM, 2000, p. 32), a história da imigração japonesa no Brasil pode ser dividida em três períodos. O intervalo entre 1908 e 1924 marca o primeiro período da imigração japonesa, neste período entraram cerca de trinta e um mil japoneses no Brasil. A característica desta primeira experiência foi marcada pelo subsídio do transporte de imigrantes pelo governo de São Paulo. Isto é, uma imigração subsidiada como já vinha acontecendo com muitos fluxos da imigração europeia ao Brasil. O Estado de São Paulo voltou a financiar a imigração japonesa em 1917, mas foi justamente pela pausa do fluxo de imigração europeia. Em 1922, com a volta deste mesmo fluxo, encerrou-se o subsídio.

O segundo período é marcado pelo conceito elaborado pela antropóloga Célia Sakurai (2000), a *imigração tutelada*. Este período é composto pela participação ativa do governo japonês no processo de fixação dos japoneses no Brasil. Em 1924, o Japão passou a subsidiar a vinda de seus emigrantes para o Brasil.

O intervalo de tempo designado como o terceiro período da imigração japonesa vai de 1952 a 1970, quando a imigração japonesa em massa se encerra, assim como os outros fluxos de imigração. Neste período, entraram quarenta e seis mil japoneses imigrantes no Brasil. Concluindo, o primeiro período caracteriza-se por um investimento direto do Estado de São Paulo para a vinda desses imigrantes. O segundo pelo investimento, intervenção e planejamento do Japão. E finalmente, o terceiro por não fazer parte desse processo mundial de imigração em massa.

## **1.2 A ambiguidade em relação à presença do imigrante japonês**

Segundo Makino, são três os fatores que influenciaram uma política pró-imigração: a questão do povoamento, embranquecimento e a mão-de-obra (MAKINO, 2010, p.26). A questão da imigração no Brasil não estava só relacionada à demanda de mão-de-obra. A questão de um branqueamento da população estava extremamente atrelada a um projeto de nação. Havia discussões sobre o atraso do Brasil devido à composição da sociedade, e culpabilizando esta composição, isto é, “A vinda de imigrantes para o Brasil se justifica, portanto, por razões de ordem econômicas, e também ideológicas.” (SAKURAI, 2010, p. 9).

A esfera ideológica tinha um papel central na vinda de imigrantes. O Brasil não era totalmente desprovido de mão-de-obra. Havia força de trabalho que derivavam do Nordeste, de ex-escravizados e caboclos paulistas, o que não pode ser esquecido. Em outras palavras, o embranquecimento e a “modernização civilizacional” tiveram um papel ainda maior no encadeamento da imigração (MAKINO, 2010, p.42).

Para começar, segundo Dezem, ao analisar os elementos formadores do imaginário sobre os japoneses no Brasil, é possível distinguir estes elementos em quatro estágios. Primeiro a *gênese do discurso* (1878-1908), *consolidação do discurso* (1908-1934), *legitimação do discurso* (1934-42), *práxis do discurso* (1942-1948) (DEZEM, 2005).

Neste primeiro estágio, havia um discurso generalizado contra os amarelos (japoneses e chineses). Antes mesmo da chegada dos japoneses, havia um imaginário do “perigo amarelo”. Este imaginário fazia parte do universo mental da

elite brasileira. A categoria imigrante teve diversas mudanças de significados ao longo dos processos de imigração no Brasil. De acordo com Seyferth (2008), a questão racial emergiu na segunda metade do século XIX, evidenciada na discussão sobre a imigração asiática, particularmente chinesa, e africana.

Nos outros casos estavam presentes argumentos reportados à desigualdade racial e inferioridade cultural dos chineses (apresentados como representantes de uma civilização decadente, obscurecida pelo ópio) e dos africanos negros (cuja vinda seria equivalente ao restabelecimento do tráfico de escravos) (SEYFERTH, 2008, p.9).

O decreto 528, de 28/06/1890, revela motivações assimilacionistas. Isto é, o imigrante ideal deste período deveria ser branco, europeu e de moral ilibada, excluindo assim os nativos da Ásia, África, mendigos e indigentes. Entretanto, o cenário se modifica em 1892 para os “asiáticos”, permitindo assim a entrada de chineses e japoneses através da Lei 97 de 15/10/1892.

Os estereótipos de japoneses foram inspirados em imagens produzidas pelo *japonismo europeu*. E no decorrer deste processo, mais especificamente a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), formaram-se “imagens contraditórias” sobre a nação e o povo japonês (civilizados, bravos e heroicos) e os possíveis imigrantes japoneses (perigosos, atrasados e inferiores).

O outro elemento da “equação amarela” a ser considerado é o japonês que só passou a ser visto como opção imigratória a partir da década de 1890. Até então, chineses e japoneses ainda eram vistos como “iguais” pelo simples motivo de ambos pertencerem à raça amarela. Essa “igualdade” começou a se desfazer no momento em que a imprensa ganhava vida com a multiplicação das revistas ilustradas e dos jornais-empresas, dedicados a divulgar uma imagem positiva e idealizada dos japoneses, enquanto que os chins eram descartados (DEZEM, 2005, p.7).

Com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses (1908), houve uma *redefinição* dos discursos sobre o Japão e os japoneses. Até porque o cenário passou de possíveis imigrantes para a presença real do imigrante japonês, tal presença suscitou opiniões ambíguas. A exemplo disso, Dezem aponta para as notícias dos jornais *A Tribuna* e *O Correio Paulistano*.

A Tribuna noticiou, de forma irônica, o acontecimento, criticando o processo imigratório e menosprezando os japoneses como “refratários aos usos e costumes alheios”. Em outro sentido, por sua vez o jornal *O Correio Paulistano* publicava um artigo de autoria de J. Amândio Sobral, Inspetor de Agricultura, intitulado “Os japoneses em São Paulo” expressando surpresa



e uma certa admiração por este imigrante recém-chegado. Encerrando seu artigo Sobral, após ter concluído que a raça era “muito diferente, mas não inferior”, alertou para que não se fizesse “antes do tempo juízos temerários a respeito da ação do japonês no trabalho nacional. (DEZEM, 2005).

Portanto, a vinda destes imigrantes nipônicos acalorou um debate que já vinha acontecendo no Brasil. Assim, o “custo” da vinda dos imigrantes japoneses obedeceu a critérios de desqualificação de sua raça. E também critérios socioculturais, pois seguindo essa lógica eles eram inassimiláveis. Portanto, a partir de 1908 percorre assim a *consolidação do discurso* (1908-1934) acerca do imaginário em relação a presença do imigrante japonês.

A imigração japonesa, iniciada em 1908, suscitou debates intensos sobre seus efeitos na formação (racial e cultural) nacional, apesar do reconhecimento quase geral da “aptidão” desses imigrantes para o trabalho agrícola (SEYFERTH, 2008, p.11)

Algumas destas narrativas sustentavam características negativas acerca desse imigrante, o associando ao mito do perigo amarelo. Outras ainda que positivas – se lembrarmos aqui aquelas que se referiam com simpatia ao Japão e ao povo japonês durante a Guerra Russo-japonesa, interpretados como exemplo de civilização, progresso, patriotismo pela imprensa e por boa parcela da opinião pública nacional – se prestaram nas décadas de 1930-1940, para identificá-lo com o imperialismo sem fronteiras e as raças “enquistadas” no território nacional (DEZEM, 2005, p.10).

Além disso, ao analisarmos a história da imigração no Brasil fica claro que a imigração japonesa não foi um caso isolado. Faz parte do fluxo das migrações internacionais para a América Latina. Porém, de acordo com Sakurai a imigração japonesa tem um aspecto específico que a difere das demais, que é o fato de ser uma *imigração tutelada*.

Ela é definida como aquela que oferece amparo, orientação, ajuda e gerenciamento aos imigrantes, estruturando-se numa “cadeia de relações montadas a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês por intermédio de diferentes ramos e agentes participou explicitamente no processo de fixação desses imigrantes...” (SAKURAI, 2000, p.85).

O Estado de São Paulo subsidiou a imigração japonesa até 1922, havendo uma pausa entre o período de 1914-17, por causa de uma crise financeira e o contexto da Grande Guerra (1914-1918). Segundo Makino, a abordagem da imigração tutelada ficou insatisfatória para este período, pois o Japão começou de fato a subsidiar e agir como uma *imigração tutelada* conforme a definição do

conceito, somente a partir de 1924. Neste sentido, até 1924 o Japão não se diferenciava dos demais países.

Nesse período, o governo japonês não apenas fornece passagens gratuitas, mas ajuda no acesso à terra, financiando as compras de sítios e chácaras, responsabilizando-se como fiador, fornecendo apoio técnico (agrônomos, agrimensores, etc), dando apoio financeiro na construção de escolas japonesas no Brasil, etc. Os consulados japoneses ocupavam funções até mesmo em assuntos cujas prerrogativas legais eram exclusivas do Estado brasileiro como a emissão de registros de nascimento, casamento e óbito.” (MAKINO, 2010, p.49).

Em outras palavras, o subsídio da imigração japonesa estava relacionado a interrupção do fluxo de imigrantes de origem europeia. Concluímos que, o Brasil tinha sua preferência de imigrantes, os imigrantes italianos, espanhóis, suecos e portugueses. Mas nem todo governo queria que seus cidadãos emigrassem para o Brasil. Havia uma série de acusações como: não-pagamento de salários, má condição de habitação, taxas sem explicações, extorsões etc. Com isso, em 1902, a Itália proibiu a emigração para o Brasil, maior fornecedora de mão-de-obra da época. Em seguida, a Espanha seguiu o exemplo da Itália em 1910. E Portugal também, por meio do aparato burocrático tentou impedir a emigração (MAKINO,2010, p.33).

A categoria imigrante surge mais forte na legislação depois da Primeira Guerra Mundial, agora com sentido mais abrangente do que a sinonímia com colono, pois no século XX houve maior procura pela localização urbana. A partir daí, o imigrante é convertido em estrangeiro e, numa forma estigmatizada, em alienígena, dada a relevância da ideia de assimilação/caldeamento” (SEYFERTH, 2008, p. 18).

É importante ressaltar que o debate sobre o projeto de nação girava em torno da modernização do Brasil e o que a impedia. No século XIX, foi introduzido aos estudos acadêmicos um debate sobre “raça” e sua hierarquização, que tinha como base o olhar de superioridade da raça branca sob as demais. Esse debate ficou conhecido como eugenia, esta “ciência” influenciou as políticas imigratórias na maioria dos países ocidentais desde seu aparecimento como ciência dedicada ao controle das populações. Segundo Koifman (2012, p. 38):

Em uma lógica muito própria dos pensadores eugenistas, que, em última análise, propunham a necessária interferência do Estado com o fim de melhorar as gerações futuras, foram estabelecidos critérios e valorações dentre as características dos diferentes grupos humanos com o fim

específico de instituir e controlar de modo a reproduzir a mais ‘adequada’ seleção dos elementos reprodutivos. No grupo de pessoas ideais para as futuras gerações de brasileiros estavam portugueses e suecos. No grupo dos inadequados, os indesejáveis, incluídos orientais, negros, indígenas, judeus e todos considerados ‘não brancos’, além de portadores de deficiências físicas congênitas ou hereditárias, os doentes físicos ou mentais e os homens e mulheres fora da idade reprodutiva. (apud SHIRAISHI NETO e SHIRAISHI, 2016, p. 15).

O decreto 4.247, 06/01/1921 e o decreto 16.761, 31/12/1924<sup>4</sup> representam bem os critérios eugenistas na estratégia de guiar a questão da imigração. Com a diminuição da imigração europeia, o fluxo de imigrantes japoneses acabou ultrapassando o contingente europeu. Desse modo, esse fluxo na década de 1930, manifestou ainda mais a preocupação da “raça”.

Havia distintas correntes da eugenia, mas o mais importante é que chegou ao Brasil ainda como um discurso da melhoria da raça. Em 1917, um médico eugenista chamado Renato Kehl foi um dos principais articuladores da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo. Entretanto, o Brasil se caracterizava como um país heterogêneo com a formação de diversos grupos. Então, a solução para muitos seria o branqueamento da população (GERALDO, 2007, p.14). Essa noção teve um papel fundamental nas políticas imigratórias para a vinda de Europeus ao Brasil, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

Entre as correntes distintas da eugenia, havia um modelo conhecido como eugenia negativa:

(...)a qual incluía desde propostas de exame-médico pré-nupcial, destinado a impedir o casamento daqueles que não poderiam gerar o que se considerava como uma boa descendência, até as propostas de esterilização de degenerados e criminosos(...)” (GERALDO, 2007, p.14).

Nos finais de 1910, Kehl teve contato e aproximação a esta vertente após uma viagem à Europa. Depois, em 1929, o médico eugenista publicou um livro

---

**4** BRASIL. DECRETO Nº 4.247, DE 6 DE JANEIRO DE 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional, Rio de Janeiro, RJ, jan 1921. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>. Acesso em: 07 junho. 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 16.761, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional, Rio de Janeiro, RJ, dez 1924. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16761-31-dezembro-1924-503902-republicacao-88581-pe.html>. Acesso em: 07 junho. 2019.

sobre este assunto, além disso, introduziu uma proposta sobre a regulamentação da imigração.

Em seu livro *Lições de Eugenia*, publicado pela primeira vez em 1929, Kehl inseria uma proposta de regulamentação da imigração “sobre a base da superioridade média dos habitantes do país, estabelecida por testes mentais”, entre outras doze propostas para a “melhoria racial”.<sup>19</sup> Porém, acima da questão de testes mentais para a seleção estava a concepção de que o imigrante branco europeu poderia contribuir para o branqueamento da população brasileira(...) (GERALDO, 2007, p.20).

A imigração era o foco para o melhoramento da “raça”, mas não de todas elas. Raças como a negra e a amarela ainda eram enxergadas como raças inferiores. E por isso prejudicariam este projeto de miscigenação. Dessa forma, planejar uma política de imigração para restringir a entrada de “raças inferiores” era a solução para o projeto nacional, segundo este tipo de pensamento.

Não se trata, propriamente, de um apego maior ao jus sanguinis; para a nacionalidade e a cidadania, vigorava o jus soli, embora a idéia de brasilidade tivesse alcance muito maior do que a pertença ao Estado. Daí o uso sistemático do termo alienígena para designar estrangeiros e também os descendentes de imigrantes nascidos no Brasil mas cujas etnicidades divergiam do ideal nacional. Só o alienígena assimilado podia ser um brasileiro legítimo. Nesse sentido, a classificação feita por Oliveira Vianna é exemplar pois distingue a identificação do brasileiro pelos direitos civil e político daquela baseada na demografia e na biologia.” (SEYFERTH, 2008, p. 138).

Em outras palavras, os imigrantes japoneses que em primeira medida foram vistos como uma solução para a mão-de-obra, tornaram-se parte de um discurso racial sobre a composição da nação. Consequentemente, tornaram-se imigrantes indesejáveis aos olhos desses homens, categorizados como alienígenas (SEYFERTH, 2008, p.138).

## 2. Eugenia e repressão política na Era Vargas

O período de 1930-1945 ficou marcado na historiografia como Era Vargas, nosso propósito não é limitar as problemáticas a figura de Vargas. Mas também, considerar as ações de outros agentes, e avaliar as condições históricas da época. Ressaltamos que, este período tem um papel fundamental a nossa pesquisa, pois, é justamente neste contexto que temos o que Dezem (2005) colocou como a *legitimação do discurso* (1934-42).

Então, somente a partir do entendimento da Era Vargas, e sua relação com as políticas imigratórias, as restrições aplicadas aos imigrantes, e a participação ativa de políticos que tinham afinidade com a eugenia, que podemos avançar em nossa pesquisa. Dessa forma, iremos retomar parte do assunto do capítulo anterior, e aprofundar nosso entendimento.

Primeiramente, Getúlio Vargas chegou ao poder do país após o golpe de Estado em 1930, conhecido também como Revolução de 30. Logo após chegar ao poder, Getúlio estabeleceu o decreto n 19.482.<sup>5</sup> Este decreto visava proteger o trabalhador nacional, pois a entrada de imigrantes era vista como a causa do desemprego. Como Sayad (1979) evidenciava, um dos problemas sociais atribuídos aos imigrantes é o desemprego. Este forte apelo nacionalista de Vargas utilizava a imagem do trabalhador imigrante como um “concorrente” em potencial do trabalhador nacional, assim retirando o foco dos conflitos de classe (GERALDO, 2009, p.173).

---

5 BRASIL. DECRETO-LEI Nº 19.482, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências, Rio de Janeiro, RJ, dez 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 07 junho. 2019.

Além disso, o decreto restringia a entrada de imigrantes de terceira classe, assim como estabelecia a obrigatoriedade de empregar ao menos dois terços de brasileiros natos nas empresas. Segundo Geraldo (2007), as políticas de imigração durante o governo Vargas foram fortemente influenciadas por questões raciais e pelo antissemitismo. Os problemas políticos e sociais eram atribuídos aos imigrantes. Por isso, um dos principais fantasmas políticos do período, o comunismo, era considerado uma ideologia “alienígena”.

Do mesmo modo, os imigrantes eram considerados portadores de ideologias consideradas subversivas. Isto é, antes mesmo do Estado Novo, a caça aos comunistas, anarquistas e socialistas ajudou a identificar os imigrantes como transmissores de “ideologias estrangeiras” (GERALDO, 2007, p.113). Principalmente os imigrantes que formavam parte do movimento operário em São Paulo. Todavia, os japoneses estavam mais afastados da capital, concentrando-se ainda no interior de São Paulo. Conseqüentemente, influenciou no imaginário de inassimiláveis.

Essas políticas de censura aos imigrantes envolvem muitas problemáticas, mas queremos destacar dois aspectos muito importantes. O primeiro, o racismo “científico”, a eugenia mais especificamente. E o segundo, a adoção do modelo norte-americano para as políticas de imigração (GERALDO, 2007, p.8). Este modelo não só ecoava pelo Brasil, como também em diversos países da América Latina, que adotaram medidas restritivas bem similares entre si.

É importante ressaltar que essas políticas envolviam outros agentes, e seu marco não é a entrada de Getúlio Vargas no poder. Os setores conservadores encontraram um meio de parar este fluxo imigratório. Na Constituição de 1934, o Brasil apresentou a “lei de cotas”,

“(…) a qual estabelecia um limite para a entrada de cada nacionalidade de estrangeiros. Até o final do governo de Getúlio Vargas, uma intensa campanha foi movida contra núcleos de colonização com imigrantes, com a proibição do ensino e da imprensa em língua estrangeira”. (GERALDO, 2009, p.72).

O sistema de cotas foi articulado de uma forma que, em seu enunciado, parecia ser não discriminatório, que era um projeto que visava regulamentar a questão da imigração. O texto da lei incluía todos os imigrantes. Mas, da forma

como foi elaborado, atingia apenas um grupo étnico dessa lista de imigrantes, os japoneses.

O limite seria de 2% do total de imigrantes vindos entre 1883 e 1933, o auge da imigração europeia, devendo-se ressaltar que a imigração japonesa em massa inicia-se tardiamente apenas em 1908. Mesmo outros "indesejáveis" do período como alemães, italianos e judeus não seriam afetados pela adoção das quotas. O número de imigrantes japoneses que chegava à casa de 25 mil em 1933 teria de ser reduzido a 3 mil pessoas por ano a partir de 1934. (MAKINO, 2010, p. 86).

A questão do modelo norte-americano sobre a lei de cotas está inserida neste contexto. O núcleo eugenista formado em São Paulo influenciou muito no tema da imigração. Seus agentes realizavam congressos acerca deste assunto. O fato é que muitos destes agentes fizeram parte da constituinte de 1933, lutando contra o que eles acreditavam ser a "ruína da raça". Isto é, junto a Vargas eles fizeram uma grande campanha contra a imigração japonesa (GERALDO, 2007, p.22).

Os imigrantes japoneses acabaram se tornando o foco dos debates sobre política migratória e assimilação de estrangeiros, especialmente durante a Assembleia Constituinte de 1934. As avaliações sobre os estrangeiros japoneses no Brasil e sobre a situação do Japão nas relações internacionais se alastraram por publicações médicas, pela imprensa, nos debates parlamentares e em discursos de políticos do período, incluindo o próprio Vargas" (GERALDO, 2007, p.3).

Ademais, um outro aspecto importante que contribuiu para a adoção dessas medidas restritivas foi a imagem internacional do Japão. Este período de medidas restritivas de 1933 e 1934 também foi o período em que a empreitada do Império Nipônico, invadindo e ocupando territórios na Ásia, adquiriu mais visibilidade. E neste caso associavam a nação japonesa como uma nação de grande poder militar, e os imigrantes japoneses como eficientes, dóceis e organizados.

Isto é, temos outra ambiguidade em relação à presença destes imigrantes. Visto que, tal percepção contribuía tanto para defesa quanto para uma crítica de sua presença. Porque, percebendo os imigrantes por este panorama do Japão Imperialista, o imigrante japonês era percebido como um instrumento de avanço militar estratégico, causando um temor em relação a uma possível invasão japonesa. Então, haviam duas imagens contraditórias sobre o imigrante japonês.

Em 1937, o governo Vargas toma uma outra vestimenta. Com os problemas de governança da época Vargas, ele executa um autogolpe. O período que abrange

1937-1945 fica então marcado pela política do Estado Novo, que resumidamente foi um regime centralizado, autoritário e marcado por uma forte “campanha de nacionalização” (SEYFERTH, 2008, p. 135).

Com a nova constituição do Estado Novo, houve uma forte campanha de nacionalização. Em outras palavras, os imigrantes que estavam aqui deveriam ser assimilados, tornando-se brasileiros. De acordo com Sasaki Pinheiro (2009) esta campanha efetivou práticas que já eram sugeridas desde o final do século XIX.

Com o tempo, tais medidas acionadas pelo governo Vargas tornaram-se mais contundentes, proibindo-se a conversação em língua estrangeira, a reunião de mais de dois indivíduos estrangeiros em locais públicos, o fechamento de escolas, jornais, revistas, associações, na maioria italianas, alemãs e japonesas. (DEZEM, 2000, p.38)

O debate da assimilação tem um papel central na tomada de tais ações. Os japoneses eram considerados como *enxofres*, inassimiláveis (DEZEM, 2000, p. 36). E tal verbete também colocou os alemães nesta crítica, mas não por um viés racista como no caso dos japoneses, mas sim pela formação de colônias, chamadas de “quistos étnicos” (GERALDO, 2007, p. 29). No sul do Brasil, as colônias alemãs se organizavam com uma estrutura de ensino e imprensa alemã, alimentando uma imagem de que ainda mantinham um vínculo muito forte com o país de origem.

Com o tempo, tais medidas tornaram-se mais contundentes, proibindo-se a conversação em língua estrangeira, a reunião de mais de dois indivíduos estrangeiros em locais públicos, o fechamento de escolas, jornais, revistas, associações, na maioria italianas, alemãs e japonesas”. (DEZEM, 200, p.38).

Com a consolidação do Estado Novo, o ano de 1938 começou como um marco de maior repressão aos imigrantes, especialmente os italianos, alemães e japoneses. No caso dos japoneses, havia o problema em relação à expansão imperial do Japão. Por isso, os núcleos coloniais eram vistos também como uma forma de avanço do império no Brasil, sobretudo em São Paulo, que continha as maiores formações destes núcleos. A expansão do Império japonês refletiu muito na ação estatal e na percepção dos imigrantes japoneses. Desse modo, a atitude em relação a estes imigrantes se tornou cada vez mais vigilante “pois propagava-se que o japonês além de ser fanático, traiçoeiro e inassimilável, queria dominar o Brasil(...)” (DEZEM, 2003, p.4).



Portanto, estes imigrantes estavam encurralados entre as ações do Japão Imperial e as medidas restritivas do Estado Novo. Assim que o decreto de lei 383, de 18 de abril de 1938<sup>6</sup> foi sancionado, ficou vedado aos estrangeiros a execução de atividades políticas, formação de sociedades e associações sem prévia consulta.

A campanha de nacionalização, em outras palavras, a tentativa de assimilação dos imigrantes, ordenou uma forte repressão a estes grupos. Neste sentido, um órgão muito importante que em quase todas estas instâncias desempenhou papel fundamental foi o *Conselho de Imigração e Colonização* (GERALDO, 2007, p. 166).

As medidas de nacionalização foram quase sempre discutidas e elaboradas pelo Conselho ou, pelo menos, contavam com a participação de algum de seus membros. Os debates sobre “assimilação”, com a criação do Conselho, estavam relacionados a uma crescente preocupação com os núcleos de colonização onde os imigrantes haviam organizado escolas, igrejas, imprensa e associações que contribuíam para a preservação da língua e costumes, bem como de sua transmissão aos seus descendentes, dando origem a minorias que foram denominadas pejorativamente como “quistos étnicos”, “quistos raciais” ou “zonas desnacionalizadas”. (GERALDO, 2009, p.174).

Do mesmo modo, a colônia de Bastos (SP) foi identificada como uma área de “quistos étnicos”, possuindo cerca de 90% de sua composição de imigrantes japoneses. Em 1942, Bastos contava com uma população de aproximadamente 15 mil habitantes, dentre eles 12 mil eram imigrantes japoneses. No local também foi averiguado o número de estudantes matriculados na escola: 487 alunos, sendo 387 nipônicos e 90 brasileiros. Por este ângulo, o caso da Professora Ondina no relatório dos agentes do Conselho de Imigração e Colonização (GERALDO, 2009, p.179) e o relatório do Delegado Adjunto do DEOPS, Eduardo Louseira Rocha (DEZEM, 2000, p.44) evidenciavam bem a questão da ambiguidade da presença nipônica. Para a Professora Ondina, a organização da colônia e seus aspectos eram um sinal de avanço, e para ela era aparentemente muito melhor que a habitação dos brasileiros. Já o Delegado teria uma opinião contrária: a presença dos nipônicos representava um perigo ao Brasil.

---

**6** BRASIL. DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências, Rio de Janeiro, RJ, abr 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 junho. 2019.

Em resumo, analisamos como a percepção sobre os imigrantes japoneses eram ambíguas, e muitas vezes contraditórias. Isto é, havia o discurso propagado sobre os “amarelos” de forma pejorativa, e a imagem engrandecida, fomentada por ações do Japão Imperialista. Além disso, as políticas de assimilação do Estado Novo tornaram-se mais contundentes em relação a estes imigrantes.

Nos parágrafos da lei de imigração (a famosa lei número 3, artigo 10), o ensino da língua estrangeira é totalmente proibido. Essa lei de imigração regulou a vida dos imigrantes em todos os aspectos: ingresso no país como imigrante, residência, naturalização, formação de núcleos de colonização, ensino primário. Houve ainda a promulgação da lei que permitia que somente um terço dos trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais fossem estrangeiros.<sup>1</sup> Como consequência da promulgação desta lei, as escolas japonesas da colônia foram todas 596 fechadas. Se, depois disso, ainda houvesse escolas japonesas funcionando, elas seriam clandestinas. (HANDA, 1987, p.596).

Enfim, com o ataque do Japão à base naval Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, entrando em guerra com os EUA. O Brasil após cerca de um mês, rompeu as relações diplomáticas com o Japão. Em consequência disso, “[I]logo depois, em março, o governo brasileiro determinou o confisco de bens dos ‘súditos do Eixo’” (DEZEM, 2003, p.40). Considerando que o governo Vargas tinha um projeto de nacionalização, a preocupação com núcleos coloniais foi intensificada a partir de 1941. Além disso, o Brasil acabara de assumir uma posição oficial de apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), adotando assim uma postura contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Por conseguinte, transformando estes imigrantes que tinham origem desses países em inimigos da pátria (GERALDO, 2009, p. 174).

## **2.1 Políticas proibicionistas aos “inimigos da pátria”**

Anteriormente, nesta pesquisa, analisamos que antes mesmo do começo da imigração japonesa, havia o que Dezem (2005) colocou como a *gênese* do discurso (1878-1908). E, com o início da imigração japonesa, analisamos uma segunda etapa denominada de *consolidação* do discurso (1908-1934). Com isso, ao longo da trajetória, avaliamos o contexto em que esse discurso surgiu. E então, com a Era Vargas e o papel dos políticos eugenista conseguimos compreender como esse debate influenciou em políticas públicas, trazendo assim, a *legitimação* do discurso

(1934-1942). Portanto, a partir disso, iremos evidenciar a *práxis* do discurso (1942-1948).

Primeiramente, os imigrantes alemães, italianos e japoneses tornaram-se inimigos da pátria. Sendo este período, como o de maior repressão aos imigrantes que tinham origem dos países pertencentes ao Eixo. Dessa forma, os grupos que eram “suspeitos” agora são representados como inimigos públicos. Representando assim, “agentes” de suas nações de origem. Logo, os imigrantes japoneses foram transformados em “cruéis espiões” representantes de uma “raça frígida”, “fanática” e “traíçoeira” (DENZEM, 2000, p.39).

Com toda essa turbulência da Segunda Guerra Mundial, algumas de suas consequências foi a proibição do rádio, e a suspensão da circulação de jornais em idioma estrangeiro. Estes dois aspectos tiveram um grande impacto nas colônias japonesas. Além disso, tal suspensão criou um vazio de comunicação e informação na colônia japonesa, visto que poucos imigrantes japoneses conseguiam ler e entender os jornais em idioma português.

Foi com o rompimento diplomático com os países que faziam parte do Eixo que, em seguida, no dia 19 de janeiro de 1942, a Superintendência da Segurança Pública de São Paulo executou diretrizes para regulamentar as atividades dos “inimigos da pátria”. Proibiu a circulação de jornais, falar o idioma de origem em locais públicos, cantar ou tocar o hino de seus países de origem, viagens sem salvo-conduto, reuniões, discutir ou trocar informações da situação internacional em público, porte de arma, mudar de residência sem aviso prévio, utilização de aviões privados e de viajar de avião sem licença especial.

Poucos dias depois desse edital, ou seja, a 2 de fevereiro, sob a alegação de motivo de segurança, os japoneses da área da rua Conde de Sarzedas — zona de maior concentração de nipônicos na cidade de São Paulo — receberam a primeira ordem de evacuação (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 258).

Algumas áreas habitadas pelos imigrantes japoneses foram consideradas zonas “estratégicas” de guerra. Por exemplo, a rua Conde de Sarzedas, localizada nos arredores do bairro da Liberdade na capital paulista, o litoral de Santos em São Paulo, por fim, a parte norte do litoral de Paraná, todas essas regiões receberam

ordem de evacuação (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 258).

O decreto de lei n 4.166, de 11 de março de 1942<sup>7</sup> instituiu o congelamento de bens dos súditos do Eixo. Com o congelamento, o Governo visava vetar atividades econômicas e ações destinadas a favorecer os países do Eixo. E também criar um fundo de garantia dos prejuízos de guerra. Com isso, criou-se um mecanismo de arrecadação compulsória sobre os juros de depósitos bancários. Também foram proibidas a compra, venda ou hipoteca de imóveis.

Com toda esta turbulência, o fim do rompimento diplomático também retirou os representantes do Japão. Os imigrantes japoneses se sentiram abandonados “(...)aprofundando o sentimento de desamparo e solidão. Também surgiu à tona a até então quase oculta consciência de que o imigrante não passava de súdito entregue à sua própria sorte” (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 262).

Muito do aparato repressivo utilizado pelo governo foi reflexo da Segunda Guerra Mundial. Isto é, os acontecimentos que afetavam o Brasil, como ataques aos navios cargueiros refletiam nas decisões administrativas em relação aos “inimigos da pátria”. Dessa forma, com ao longo da Guerra, as atitudes em relação aos imigrantes japoneses ficaram mais intensas.

Eram divulgados artigos absolutamente falsos nos jornais. Fiquei pasmo quando, no dia 22 de março, um jornal do Rio publicou que um nissei havia escrito uma detalhada carta ao governo japonês sobre a situação interna da sociedade japonesa e sobre a organização militar existente dentro da cidade de São Paulo. Tamanha calúnia nos deixava atônitos. Quatro jornais escreveram com destaque que os japoneses haviam cercado a fábrica da Nitro-Química, em São Miguel, fora do município de São Paulo” (HANDA, 1987, p. 643).

Tomoo Handa (1987) narra alguns episódios vividos por ele neste período, no qual os acontecimentos são no mínimo absurdos, desde notícias falsas vinculadas da imprensa à manipulação de imagens discriminatórias dos japoneses. Estes imigrantes viviam um período em que seus direitos foram retirados, suas formas de comunicação foram vetadas, seus meios de se conseguir uma informação fidedigna foram limitados. Com toda essa violência psíquica, o imigrante japonês se sentiu abandonado entre os dois países.

---

7 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>

Praticamente isolados e contidos pelo aparato repressivo do governo que os vigiava permanentemente, os japoneses se viram impossibilitados de manter uma fonte segura de notícias sobre o decorrer da guerra, além de estarem proibidos de cultivar suas tradições culturais. Esse clima de tensão e constante controle alimentava o desejo, cada vez mais intenso, da grande maioria voltar ao Japão. Por outro lado, nascia para uma minoria a desilusão do retorno em face da realidade dos rumores que a guerra tomava no final dos anos 40. Mas grande parte da comunidade não estava preparada para enfrentar a notícia de derrota do Japão. (DEZEM, 2000, p48).

Por fim, com todo esse aparato repressivo do Estado brasileiro, os imigrantes japoneses começaram a despertar a consciência que era preciso reorganizarem-se, enquanto sociedade japonesa vivendo em território estrangeiro. É também partir desse sentimento de abandono, da vontade de reemigrarem ao Japão, que os imigrantes japoneses se reorganizaram, e desse modo, criaram organizações de cunho nacionalistas.

## **2.2 O nascimento de grupos ultranacionalistas**

Com as medidas restritivas do Estado Novo, e a entrada do Japão na Segunda Guerra Mundial, a comunidade de japonesa no Brasil tornou-se mais hostil aos acontecimentos que estavam vinculados à Guerra. Por exemplo, durante este período, houve uma repentina alta no preço da menta e do casulo do bicho-da-seda. O problema é que, durante esse período, surgiu um rumor de que essas mercadorias, eram utilizadas como material bélico, contra o próprio Japão, e muitos imigrantes japoneses se dedicavam a esse tipo de produção. Este é o ponto de partida para a criação de sociedades clandestinas que visavam impedir e até castigar os produtores de menta e seda (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 310).

Por isso, os imigrantes preocupados com a situação de estar possivelmente ajudando indiretamente aos EUA, resolveram se organizar. Dessa forma, um grupo com cerca de dez pessoas no interior de São Paulo criou uma entidade denominada Sekisei-dan (Grupo de servidores sinceros do Imperador). O grupo buscou apoio no ex-tenente coronel Junji Kikkawa, uma pessoa com mais experiência e com respeito dentro da comunidade japonesa. E, em seguida conseguiu apoio do ex-coronel Jinsaku Wakiyama (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 311).

Toda esta tensão deu margem para a criação de sociedades clandestinas entre 1942 e 1945 e, entre elas, a *Shindo Renmei*. Entretanto, de acordo com o historiador Rogério Dezem (2010), a própria gênese da organização ainda é controversa. Em outras palavras, existem três versões de sua fundação. A primeira indica o ano de 1942 em Marília (SP). Há, ainda, a versão “oficial” que ficou conhecida e remete a agosto de 1945, na tentativa de alguns dirigentes do movimento tentarem legalizá-la perante as autoridades brasileiras. E a última versão, a qual o historiador Dezem considera mais provável, é de que teria surgido em 1944 com o nome de *Kodôsha* (Movimento Unificador). E, posteriormente, em fevereiro do mesmo ano teria se tornado *Shindo Renmei*.

Ainda que a sua gênese na historiografia seja controversa, temos informações suficientes para afirmarmos que as complicações na produção de menta e do casulo do bicho-de-seda motivaram a criação da organização *Kôdôsha*. Além disso, foi o próprio Wakiyama que deu o nome à entidade.

No período em que estes acontecimentos citados estavam acontecendo, Wakiyama havia deixado a prisão recentemente e estava em constante vigilância, cedendo sua posição de líder da organização para Kikkawa. Entretanto, Kikkawa foi detido pela polícia em agosto de 1944 devido à denúncia de alguém entre os produtores.

Aí surgiu no seio dos associados a opinião de que o nome *Kôdôsha* era um nome por demais inexpressivo diante do (grandioso) novo movimento político dominante do Japão. Por isso, em maio de 1945, mudou-se o nome para *Shindo Renmei* (Liga do caminho dos Súditos) (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 312).

Além disso, a transição de *Kôdôsha* para *Shindo Renmei* aconteceu porque o nome anterior não serviria para a zona rural de imigrantes. E, então, um dos associados da própria zona rural sugeriu *Shindo Renmei*. Em resumo, segundo o depoimento de Ryotaro Negoro, um dos líderes da organização, a *Shindo Renmei* foi fundada no dia 22 de julho de 1945 em Marília com a iniciativa de Masanobu Sato, Seiichi Tomari, Sakuzo Kawashima, Kanji Aoki, Ryotaro Negoro, Kiyoo Yamanouchi, Tooru Kubo e Junji Kikkawa, contando com a reunião de cerca de oitenta pessoas (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 316). Entretanto, o próprio Kikkawa

ainda estava preso na Casa de Detenção de São Paulo até novembro de 1945, sendo impossível que ele estivesse em tal reunião, como afirma Negoro (DEZEM, 2000, pg.107).

Segundo Dezem (2000), em 1944, foi criada uma organização denominada de “Sociedade legítima de japoneses que mata os espiões contra o Japão”, dividida em dois grupos *Kokusuitô Kokuzoko* e *Tentikumê*. Segundo uma das fontes analisadas nesta monografia (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 263), é possível encontrar outras denominações para tal divisão: *Seinen Aikoku Undô* (*Movimento Patriótico da Mocidade*) e *Tenchugumi* (*Grupo de Castigo Celeste*). Essa organização foi promotora de ações de sabotagem, alegando que tais atos praticados eram em prol do Japão.

Nas madrugadas de 24 a 28 de abril de 1944 no sítio Bandeirantes, distrito de Primavera, foram incendiados 6 galpões de criação de bicho de seda, sendo totalmente destruídos. (...) Interrogados, confessaram os seus atos, alegando que as atividades praticadas pelos sericultores “eram contrárias aos interesses do Japão na Guerra”. (DEZEM, 2000, p.48).

Junji Kikkawa aconselhava os lavradores japoneses estabelecidos nas colônias do interior de São Paulo a abandonar suas lavouras e destruir plantações de hortelã e cultura do bicho-da-seda. Pois, como demonstrado anteriormente, propagavam as ideias de que a seda produzida por eles era exportada para os Estados Unidos e utilizada na produção de paraquedas. E, de que o mentol servia de refrigeração dos motores dos aviões que combatiam o Japão. Além disso, estabeleceriam uma relação de traição com a pátria, sobretudo os japoneses agricultores que produziam hortelã e seda. Em resumo, Kikkawa e Wakyama escreveram sobre o uso destes produtos em guerra.

(...) os dois oficiais escreveram sobre as aplicações militares da menta, do fio de seda e tecido de seda, distribuindo aos companheiros e estes aos patrícios, sugerindo sua reflexão, a respeito da necessidade de se evitar (mesmo vivendo em um país inimigo) produções que favoreciam os países inimigos (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 312).

Concluindo, a produção de menta e seda era um problema que preocupava toda comunidade japonesa. Neste sentido, é bem provável que houvesse outras

organizações que condenassem esse tipo de produção, isto é, considerando assim os produtores como traidores da pátria.

A Shindo Renmei floresceu neste contexto. No entanto, quais eram seus propósitos e ideais, isto é, quais diretrizes esta associação iria seguir depois de criada? Há um manuscrito deste período que ficou conhecido como “Espírito Kikkawa”. Este manuscrito foi elaborado pelo próprio Kikkawa ainda em seu tempo de reclusão, em 19 de outubro de 1944. Este documento serviu como diretriz da Shindo Renmei (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 317 a 324).

Em linhas gerais, o manuscrito, argumentava em favor da reemigração dos japoneses no Brasil para os territórios de domínio japonês.

A força avassaladora com que no pós-guerra a Shindo Renmei aumentou o número de adeptos prova que numerosos compatriotas concordavam com o “Espírito Kikkawa”. E, para manter vivo esse espírito, era condição sine qua non que o Japão tivesse vencido a guerra. O reconhecimento da derrota significava a perda da vontade de continuar a viver, o colapso total do movimento (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 325).

Por fim, para a população de imigrantes japoneses, as conturbações do período considerado atingiram seu ápice com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. “A maioria dos imigrantes, aproximadamente 70%, acreditava que o Japão não havia perdido a guerra”. (DEZEM, 2000, p. 50). Concluindo, é a partir de todo esse debate, e bibliografia trabalhada que contextualizamos esse período, para assim podermos analisar nossas fontes.



### **3. A Shindo Renmei em duas narrativas: aproximações e distanciamentos**

Neste terceiro capítulo, analisaremos o documentário *Yami no ichinichi* junto ao livro *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. O documentário traz uma narrativa histórica do período abordado com o relato de personagens que vivenciaram e participaram dos assuntos discutidos nos capítulos anteriores. O livro, por sua vez, traz um conteúdo importante para realizarmos uma análise comparativa de toda narrativa histórica do documentário.

Para começar, o livro *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, que utilizaremos como fonte, foi elaborado pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Editora HUCITEC). Que organizou uma comissão com a intenção de elaborar e redigir a história dos imigrantes nipônicos. A comissão ficou composta por oito pesquisadores, que são: Katsunori Wakisaka (Coordenador), Masuji Kiyotani, Katsuo Uchiyama, Tetsuya Tajiri, Susumo Miyao, José Yamashiro, Kazuo Watanabe e Atsushi Yamauchi.

Dentro de toda esta obra, o capítulo que mais nos interessa é o *Capítulo 4 (Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa)*. Este capítulo apresenta justamente o período que estamos discutindo.

Neste sentido, esta obra expõe documentos de grande valor para nossa análise: diários pessoais de membros da Shindo Renmei, autos do DEOPS, documentos apreendidos pela polícia.

O conteúdo do livro apresenta documentos que poderiam ser classificados em Arquivos do Poder Executivo (Documentos de Polícia), e também Arquivos Privados (Documentos Particulares de indivíduos). Estamos utilizando como fonte os documentos expostos na obra. Todavia, estes documentos foram utilizados pela Comissão de Elaboração, e os pesquisadores já fizeram o devido trabalho de pesquisar, tratar e selecionar cada fonte exposta. Ou seja, antes mesmo do trabalho destes pesquisadores, a fonte não era neutra, nem testemunho da verdade (PINSKY, 2011, p. 246). E, além disso, cada fonte exposta em determinado espaço da obra está ali para corroborar sua narrativa.

Do mesmo modo, *Yami no ichinichi* é um documentário brasileiro que descreve alguns acontecimentos que se passaram dentro da comunidade japonesa no pós-guerra. Isto é, o documentário busca reconstruir o conflito entre vitoristas-derrotistas (esclarecidos) dentro da colônia a partir do relato de Tokuichi Hidaka. Em resumo, o documentário busca problematizar e esclarecer algumas lacunas deixadas por especialistas do tema e até mesmo demonstrar para a sociedade os acontecimentos daquele período. Apresentando assim, uma narrativa alternativa dos fatos.

O documentário busca entrelaçar a vida de Tokuichi Hidaka à história da imigração japonesa até a eclosão de distúrbios na colônia, bem como suas consequências. Tokuichi Hidaka foi um dos imigrantes japoneses acusados de pertencerem à Shindo Renmei e culpado pelo assassinato do Coronel Jinsaku Wakiyama. O documentário conta com a participação de Hidaka e de pessoas que tiveram relação direta com os acontecimentos, especialistas no assunto e uma ampla produção.

Com a intenção de decodificar este documentário, devemos analisá-lo a partir de uma crítica sistêmica que dê conta de seu estabelecimento como fonte histórica. Para isso, devemos verificar sua datação, autoria, condições de elaboração e coerência histórica de seu testemunho.

Além disso, devemos analisar seu potencial informativo sobre o processo histórico. Em outras palavras, temos alguns questionamentos colocados pelo próprio documentário, isto é, o documentário busca problematizar a historiografia do

período. “Um filme histórico é um ‘espião da cultura histórica de um país, de seu patrimônio histórico” (PINSKY, 2011, p. 246). Portanto, o documentário é veículo de disseminação de uma cultura histórica com todas as implicações ideológicas e culturais que isso representa.

Para alcançar estes objetivos, precisamos primeiramente enquadrar nossa abordagem. Posto que analisaremos o documentário como produtor do “discurso histórico” e como “intérprete do passado”, nossa abordagem será da história *no* cinema.

Lembremos que o documentário é uma linguagem como qualquer outra, que precisa ser decodificada, interpretada e criticada. Desse modo, a fim de desenvolver nossa interpretação, precisamos de uma questão que nos direcione e organize os elementos narrativos do documentário. Em outras palavras, “o que o filme diz e como diz?” (PINSKY, 2011, p. 245)

Mas, antes de respondermos tais perguntas, consideraremos o sentido do documentário como fonte histórica. O documentário é do *ano* de 2012, e sua *elaboração* foi realizada entre os anos 2000 e 2012. Foi *dirigido* por Mario Jun Okuhara, que também é repórter e produtor, e iniciou sua carreira em documentários no Programa Imagens do Japão, que por sua vez também faz parte da *realização* do documentário. Apresentados estes dados, podemos partir para os elementos narrativos do documentário.

Enfim, sintetizaremos a narrativa do documentário e da obra *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. E responderemos o que propusemos no seu enquadramento como fonte histórica: o que o documentário diz e como diz?

O documentário se coloca como um intérprete do passado. Primeiramente, buscar expor a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil; contextualiza o período, abordando questões sobre o racismo contra os japoneses, a função da imprensa, a visão de mundo que esses imigrantes carregavam. E, um dos aspectos mais enfáticos, as restrições e ações truculentas que os japoneses sofreram durante o Estado Novo (1937-1946). Dessa forma, é justamente no período ditatorial do Estado Novo que o documentário se concentra e sobre o qual exerce sua maior crítica. Como se o conflito que houve dentro da colônia japonesa, fosse consequência da ditadura desse regime.

Em síntese, a narrativa se esforça em demonstrar que os imigrantes sofreram uma violação de seus direitos. Muitos deles seriam supostamente inocentes, e estariam diante da ação truculenta do Estado. O ponto central é que a Shindo Renmei foi julgada como um grupo de terroristas e fanáticos, de forma que isso teria legitimado atrocidades contra pessoas que não tinham nenhum envolvimento com os crimes. Isto é, o crime desses imigrantes era não acreditar na derrota do Japão.

Por sua vez, *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil* oferece uma narrativa com certos pontos de proximidade com o documentário. Por exemplo, também exerce uma grande crítica em relação ao Estado Novo. Além disso, ao verificarmos a narrativa contida no Capítulo 4 da obra. Analisamos que, um dos pontos centrais de argumentação, é a insatisfação dos imigrantes japoneses diante do cenário e o desejo de regressar aos domínios territoriais do Japão. Por fim, sua narrativa em relação a Shindo Renmei é oposta, os depoimentos contidos no livro, apontam diretamente para o envolvimento da Shindo Renmei com os crimes cometidos contra seus compatriotas.

Concluindo, um dos aspectos mais importantes para nosso tema, no qual a obra se distancia muito do documentário, é justamente sua narrativa sobre a Shindo Renmei. A obra busca identificar os personagens responsáveis pelos assassinatos. É a partir de análises de depoimentos e diários pessoais que os pesquisadores demonstram os principais atores das tragédias acometidas os patrícios.

Em linhas gerais, o documentário é firme em declarar que a Shindo Renmei não teve envolvimento com os atentados. O livro, por sua vez, distancia-se do documentário. “Havia, na verdade um vínculo direto ou indireto entre os terroristas e a Shindo Renmei” (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 351).

Daqui em diante, analisaremos o conteúdo do documentário Yami no Ichinichi, contrastando com a obra *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*.

Analisando o documentário, conseguimos identificar algumas de suas estruturas narrativas, seus personagens e funções dentro do documentário. Também é possível identificar suas estratégias na ligação de planos e sequências. Neste sentido, para facilitar a leitura e a compreensão, elaboramos um quadro com os principais personagens citados.

Quadro 1 – Principais figuras que aparecem na investigação.

Tokuichi Hidaka	Personagem central do documentário. Participou diretamente do assassinato do Coronel Jinsaku Wakiyama, e foi acusado de participar da Shindo Renmei.
Jinsaku Wakiyama	Foi um Ex-Coronel do Japão, o imigrante de maior patente no Brasil. Foi vítima de assassinato dentro do conflito, e também era um dos líderes do grupo dos esclarecidos.
Hiromi Yamashita	Participou diretamente do assassinato do Coronel Jinsaku Wakiyama, e aparece algumas vezes ao lado de Hidaka no documentário.
Junji Kikkawa	Foi um Ex-Sargento Coronel do Japão. Era tido como a figura líder da Shindo Renmei, ocupando o cargo de diretor-presidente. Passou a maioria do conflito na prisão e foi acusado de ser o mandante dos assassinatos.
Seiichi Tomari	Ocupava um cargo alto dentro da Shindo Renmei, e era o principal articulador das decisões do grupo na ausência de Junji Kikkawa. Foi acusado de formar a Tokkôtai (Grupo suicida) e de orquestrar perseguições e assassinatos aos esclarecidos.
Kamegoro Ogasawara	Foi acusado de pertencer à Shindo Renmei, e de ter contato direto com Seiichi Tomari. Ogasawara seria o responsável pela execução dos planos de Tomari.
Ryotaro Negoro	Ocupava um cargo alto dentro da Shindo Renmei. As principais decisões passavam por sua aprovação.
Kiichiro Yoshi	Era diretor de uma filial do interior da Shindo Renmei. Escreveu diários sobre episódios no período, e também prestou depoimento ao DEOPS.
Masanobu Sato	Membro da Shindo Renmei. Possuía uma alta posição dentro do grupo. As decisões passavam pela sua aprovação.
Masao Hashimura	Imigrante japonês pertencente ao grupo dos vitoristas. Faleceu repentinamente em 1945. Seu diário pessoal é usado como fonte para compreender o contexto em que o conflito vitoristas-derrotista eclodiu.
Yoshio Abe	Pertenceu ao grupo dos esclarecidos. Dedicou-se voluntariamente em conscientizar a comunidade japonesa sobre o resultado da guerra.

Shungoro Wako	Foi um imigrante japonês responsável pelo levantamento de relatórios, buscando verificar a intenção dos japoneses interessados em reemigrar.
---------------	--

O personagem central do documentário é o senhor Hidaka, que apresenta seu testemunho sobre os acontecimentos no período em questão. Temos o narrador Mario Jun Okuhara, que sempre aparece para reforçar o testemunho de Hidaka. Ele o faz apresentando o contexto do período de uma forma mais generalizada. Há, também, o escritor Osamu Toyama, entrevistado como um especialista no assunto. No documentário, ele aparece também com a função de reforçar o relato de Hidaka, oferecendo detalhes e informações mais específicas sobre o período histórico. O jornalista Masayuki Fukasawa também assume esta função da mesma maneira.

Temos outras figuras que acabaram ocupando menos espaço no documentário. O delegado e também deputado federal Protógenes Queiroz assume a função de reafirmação das informações. Yoshio Kiyono, Leika Wakiyama Sato e Miyoko Wakiyama Kato apresentam seu testemunho sobre os acontecimentos envolvendo seu avô Jinsaku Wakiyama. Por fim, Hiromi Yamashita, que esteve envolvido nos assassinatos de Jinsaku Wakiyama e Chuzaburu Nomura, também relata sobre sua participação nos acontecimentos.

A estratégia do documentário, no que se refere à ligação dos planos e cenas, envolve o emprego de imagens do período. Por exemplo, as fotografias e vídeos estão sempre entrelaçados com a fala ou a narração do respectivo assunto. Neste sentido, o documentário teve um rico acesso às fontes do período.

O início do documentário é um prelúdio do que se trata e dos temas que serão abordados. Sob uma tela escura e a imagem de um incenso queimando ao fundo, o documentário anuncia: “Muitos pagaram com a vida os tristes fatos aqui recordados. E outros pagaram com a própria liberdade”. Em seguida, apresenta informações históricas sobre o conflito vitorista-derrotista. Por fim, introduz a informação de que o conflito resultou na morte de 24 pessoas e centenas de feridos.

Feito este prelúdio, o documentário mostra a figura de um senhor, que depois conheceremos como Tokuichi Hidaka. Em resumo, a sequência de cenas retrata Hidaka se dirigindo à Ilha Anchieta, lugar localizado no litoral de São Paulo, sendo

utilizado para manter um presídio até 1955, e que serviu para receber presos políticos no governo de Getúlio Vargas.

Entre estas cenas, começa um relato em japonês, e então o documentário introduz o dono daquela voz, o senhor Tokuichi Hidaka, narrando sua história pessoal. Em seguida, temos um narrador apresentando a biografia de Hidaka e sua família, junto a informações entrelaçadas com o contexto histórico da época (1932) e fotografias da família de Hidaka e de outros imigrantes japoneses. O narrador, que não é apresentado ao espectador do documentário, é o próprio diretor Mario Jun Okuhara.

Em seguida, vemos a figura do senhor Hidaka aportando na Ilha Anchieta, enquanto o narrador apresenta a informação de que Hidaka foi um dos 170 presos enclausurados na Ilha Anchieta. E Hidaka foi preso especificamente pelo envolvimento na morte do Coronel Jinsaku Wakiyama. Começa, então, o relato de Hidaka sobre o dia em que foi parar no presídio, entre imagens do presídio gravadas na época da elaboração do documentário e fotografias antigas do local. O documentário se apresenta, assim como, um “intérprete do passado”, com o auxílio do senhor Hidaka.

Na sequência, apresenta-se uma informação muito importante a partir do relato do entrevistado. Entre os 170 presos na Ilha Anchieta, 140-130 presos seriam inocentes. Isto é, segundo o relato de Hidaka, não cometeram nenhum crime. E só estavam presos porque se negaram a pisar na foto do imperador ou na bandeira do Japão. Obrigar os imigrantes japoneses a fazer isso, era um método que as autoridades empregavam para identificar quem fazia parte do grupo de imigrantes japoneses, que não acreditavam que o Japão tinha perdido a guerra, os vitoristas.

Este método das autoridades é um dentre outros acontecimentos importantes que o documentário busca problematizar. Isto envolve não somente a ação truculenta das autoridades, mas reflete sobre o quanto este período foi autoritário em relação à sociedade e, mais ainda, quanto à presença dos imigrantes japoneses. Neste sentido, a obra *O imigrante Japonês*, escrita por Tomoo Handa narra um episódio que ocorreu com seus amigos neste período. Um policial, carregando uma bandeira japonesa, abordou um grupo de jovens, e ordenava que eles a segurassem.

Um amigo meu que adorava a pesca saiu para pescar com cinco ou seis amigos. Como na época não podia[m] se formar grupos, cada um estava a pescar num canto quando um policial apareceu com vários capangas negros e cercaram o pessoal que estava pescando. Daí, sem sabermos o que ia acontecer, o policial tirou uma bandeira do Japão do bolso, amarrou-a na cintura e ordenou que um japonês a segurasse. Mas... como perceberam qualquer coisa o japonês recusou-se a fazê-lo. Ninguém queria segurar. Como não havia jeito, enfileiraram os japoneses e um dos negros ficou atrás dele com a bandeira erguida. Aí se ordenou que um fotógrafo japonês trazido à força batesse uma foto. Assim ele poderia triunfalmente relatar o fato à delegacia de São Paulo, junto com as provas, dizendo que “os japoneses organizavam reuniões e que também haviam descoberto a tal da organização militar”. O pessoal do núcleo Tietê, todavia, avisou imediatamente a sede da Companhia de Colonização do Brasil, tendo com isto prevenido a delegacia antes de o policial fazer a acusação. (HANDA, 1987, p. 634 e 635).

As próximas cenas estão cruzadas entre paisagens e a voz de fundo de um narrador comentando aspectos da *Imigração Japonesa*. Dessa forma, o narrador coloca as seguintes palavras: “As pessoas que chegaram do Japão, não vieram propriamente para imigrar. O sentido de imigração é... por exemplo, ir para o Brasil e morar no país. Morar por um longo tempo. E morrer no Brasil. E os descendentes, que são brasileiros, devem viver no país que nasceram. Esse é o sentido da imigração. No caso da “imigração” dos japoneses, não havia essa postura. Vieram para ganhar dinheiro”.

De fato, os japoneses vieram ao Brasil com a intenção de acumular dinheiro e retornar ao país de origem. No entanto, parece-nos que o documentário apesar de não fazer referência a outros grupos de imigrantes, caracteriza este comportamento do imigrante japonês como uma exceção. Todavia, como analisamos anteriormente no capítulo *A Imigração e o Imigrante japonês*, este comportamento é recorrente entre imigrantes, independente de sua origem ou nacionalidade.

Observamos que as sequências de imagens se alteram ao longo do documentário, e enfim, é introduzida uma outra voz. É apresentado então, o jornalista Masayuki Fukasawa, como um entrevistado especialista em aspectos do processo imigratório japonês. Em resumo, Fukasawa comenta aspectos do contingente de pessoas que emigraram do Japão no período entre 1925-1935. Com isso, ele começa a abordar questões culturais da imigração japonesa.

Segundo Fukasawa, os imigrantes destes períodos foram educados segundo visões de mundo formuladas durante a Era Meiji. Além disso, ao contextualizar historicamente sua explicação, ressalta especificamente a questão militar e a vitória do Japão sobre a Rússia em 1904. Por fim, Fukasawa afirma que, com isso, o



Japão se firmou em pé de igualdade como “raça japonesa” com os brancos do período, fortalecendo o orgulho japonês.

A cena seguinte mostra Toyama em seu escritório sendo entrevistado. A narrativa do entrevistado é entremeada com imagens cuidadosamente escolhidas. Toyama discorre sobre o Estado Moderno japonês, que buscou, a partir do sistema imperial, criar um elemento unificador dos indivíduos sob a adoração do Imperador. Teria criado assim, um sentimento de pertença a uma nação.

Os elementos até ali apresentados no documentário servem de apoio para que o espectador compreenda a narrativa que agora então será exibida no documentário – ou melhor, para ambientar o espectador a esta narrativa. Assim que estes elementos foram expostos, o narrador do documentário declara: “O pensamento do Sr. Hidaka é o pensamento do Japão da Era Meiji”.

Além disso, buscando sustentar esta afirmação, o documentário aborda os elementos anteriores com a intenção de conectá-los à figura de Hidaka, para assim afirmar seu caráter nacionalista, condizente com o espírito da época. Do mesmo modo, o narrador afirma: “E quando houve um grande momento de tensão, esse sentimento aflorou naturalmente”.

O documentário introduz novamente Hidaka, agora em um enquadramento que foca somente a sua figura, expondo assim o relato de sua versão sobre a época em que o Japão entrou na Segunda Guerra Mundial. Hidaka conta que, durante a Segunda Guerra, ele se informava sobre o conflito por meio de fontes oficiais do governo e revistas em japonês. Em resumo, as notícias falavam apenas sobre as diversas vitórias do Japão nas batalhas travadas. Segundo Hidaka, isto fez com que ele acreditasse que a vitória do Japão na Guerra não tardaria.

Com o relato de Hidaka, o escritor Toyama é novamente introduzido para explicar que a principal forma pela qual os imigrantes japoneses obtinham informações sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial era a audiência a uma emissora de rádio conhecida como Nippon Housou Kyokai ou Rádio Tokyo. Esta emissora transmitia ondas curtas pela América do Sul. Era necessário um aparelho de rádio específico para ouvi-la. Sendo assim, poucas pessoas o possuíam. Por fim, ele explica que, em determinado momento, as autoridades proibiram o uso do rádio, por isso as pessoas começaram a ouvir escondido.

Neste período de restrições, também foram apreendidos muitos rádios dos imigrantes. Pois, esse era um dos únicos meios de os imigrantes informarem-se

sobre a guerra. E, apesar da forte vigilância e controle, principalmente na zona rural (ver p. 32), os imigrantes conseguiam escutar escondido. Além disso, como foi ressaltado no documentário, poucas pessoas possuíam o aparelho, ou seja, tal atividade, denotava uma prática coletiva, de comunhão (DEZEM, 2000, p.43). Isto fica em evidência ao verificarmos posteriormente o diário de um dos membros da Shindo Renmei, no qual ele narra ter ouvido estas transmissões de ondas curtas junto aos seus compatriotas (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 267 a 270). Voltando ao documentário, o depoimento de Fukasawa reforça a informação de que quem ouvia esta rádio só tinha notícias das vitórias do Japão. Os ouvintes nem pensariam em duvidar do conteúdo das informações.

Com o fim desta sequência, o documentário volta com a figura de Hidaka na mesma estrutura de entrevista. E assim começa o depoimento de Hidaka. Ao espiar uma conversa de seu pai com um amigo, ele teria ficado sabendo que o Brasil acabara de romper as relações diplomáticas com o Japão. E além disso, as respectivas representações do Japão seriam fechadas no Brasil, ou seja, o consulado japonês seria fechado.

Assim que Hidaka termina seu relato, entra em cena novamente a narração de Okuhara para contextualizar o período. Em suma, ele discursa sobre o período da Era Vargas (1930-1945). E chama atenção mais especificamente para o cerceamento de direitos, principalmente aos imigrantes japoneses. Além disso, as falas e cenas estão entrelaçadas com as imagens do período e a figura de Getúlio Vargas. Depois, entra a fala de Toyama entrelaçada também a imagens do período e, conseqüentemente, volta a falar sobre as restrições do período, todavia de forma mais específica. Em outras palavras, ele fala sobre a criação de uma lei que restringia a imigração japonesa, proibia a educação em japonês e a circulação de periódicos dos países pertencentes ao Eixo (ver p. 31).

Por fim, Fusakawa começa a reafirmar estes pontos expostos por Toyama, para declarar que a situação do período ia progressivamente se complicando. Logo em seguida, com uma fotografia de imigrantes japoneses em uma lavoura, o narrador expõe que a maioria destes imigrantes desejavam retornar ao Japão. Ademais, não aprendiam o português, nem modificavam seu modo de vida japonês e que se agrupavam somente entre eles. Finalmente, afirma que isso foi uma consequência do Estado Novo (1937-1945).

Nos trechos a seguir do documentário, Okuhara volta a falar sobre questões do período Vargas, e principalmente sobre o clima da Segunda Guerra Mundial. Então é colocado o áudio da declaração oficial das autoridades brasileiras sobre o rompimento diplomático com os países do Eixo. O documentário volta para o relato de Hidaka sobre estes acontecimentos. E de como ele se sentiu em relação ao rompimento diplomático, isto é, em 1942 o Brasil rompeu as relações com o Japão. E ele declara: “Pensei que o Japão estava esquecendo de nós. Que seríamos abandonados. Foi uma dor terrível, maior que perder os pais. Tinha 15,16 anos. Mesmo hoje, sinto esta terrível dor”.

Da mesma forma, nossa segunda fonte reforça esse acontecimento. Este sentimento de abandono era generalizado dentro da comunidade.

E dessa consciência de “Súdito abandonado” nascia, numa parte da comunidade a idéia de reorganizar a sociedade japonesa no Brasil, instalar um novo órgão orientador. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 262).

E além disso, temos a percepção de um outro imigrante que vivenciou este acontecimento.

... No começo da guerra da Grande Ásia Oriental, no momento em que o Brasil se tornou país inimigo, as autoridades do Império que serviam no país retornaram à pátria, deixando apenas uma palavra de conforto aos seus compatriotas. Os chamados elementos da elite dos japoneses aqui residentes, eram no geral, pessoas de forte inclinação individualista e liberal, não se encontrando quase ninguém que desfrutasse a confiança dos imigrantes, capaz de apoiar os compatriotas que perderam, como se verificou, os seus órgãos oficiais de controle e orientação [...]. Por iniciativa de um pequeno número de pessoas nasceu uma entidade – temos aí a gênese da Shindo Renmei. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 362).

Retornando ao documentário, Toyama traz mais alguns elementos de restrições aos imigrantes japoneses. Por exemplo: não podiam usar a língua japonesa; mesmo dentro de casa, não podiam realizar reuniões com três pessoas; os bens das empresas nipo-brasileiras foram congelados; confiscaram o dinheiro dos imigrantes japoneses; não era permitida a venda de bens imóveis; os japoneses começaram a ser presos naquele período. Dessa forma, Toyama aponta que os japoneses começaram a se sentir abandonados. Reafirma este ponto dizendo que ouviu isso de muitos imigrantes daquele período.

Depois entra a narração de Okuhara. Em resumo, afirma que a notícia de que o Japão teria perdido a guerra soou falsa. No dia posterior à derrota do Japão, já havia notícias que tiveram um poder de circulação enorme dentro das colônias que diziam o contrário, que o Japão teria vencido a guerra. O documentário também afirma que não se sabe de onde essas notícias surgiram.

Por outro lado, temos nossa outra fonte que descreve que as notícias de que o Japão teria tido uma vitória triunfante na guerra foram forjadas pela sede central da Shindo Renmei. Esta informação foi obtida por meio do depoimento de Ryotaro Negoro, um dos líderes da organização.

A sede central da organização forjou conscientemente as falsas notícias triunfalistas. Ao mesmo tempo que divulgava tais informações por intermédio de publicações oficiais da entidade, como Asahi Shinpô, Shindô e outras entre sócios do interior, os diretores percorriam ativamente as “colônias” japonesas, para a conquista de novos associados e instalação de novas filiais. Graças a essa intensa atuação, em poucos meses o número de filiais ultrapassou seis dezenas e o de sócios mais de cem mil (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p 325).

A rendição do Japão aconteceu em 14 de agosto de 1945. A informação chegou aos japoneses no Brasil no dia seguinte. No documentário, Fukasawa afirma que houve a transmissão de declaração de rendição do Japão, mas as pessoas não acreditaram nesta declaração. Pois com as notícias contínuas sobre as vitórias do Japão na guerra, não era possível que ele perdesse de um dia para o outro.

Igualmente, podemos confirmar que as pessoas estavam incrédulas das informações, ou até mesmo que estavam relutantes em aceitar a informação de que o Japão teria perdido a Guerra. Essa impressão fica explícita por meio da leitura dos diários pessoais de Yoshio Abe, Masao Hashiura e Seiichi Tomari (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 266 a 270).

Yoshio Abe demonstra uma reação de descrença e indignação com tudo, desde seus valores religiosos ao contexto de rendição. No entanto, com o passar dos dias, pondera e diz esperar com calma até que a verdade seja dita. No caso de Masao Hashimura, além de exprimir suas angústias no diário, ele relata que tanto ele como seus compatriotas analisaram o documento de rendição do Japão. Teriam chegado à conclusão de que o documento foi alterado, e a transmissão do dia 15 de

agosto teria sido um tratado de paz de igual para igual. Além disso, pudemos verificar no diário de Hashimura, que no início do conflito entre os japoneses, já havia classificações de quem aceitava a derrota como “moles” e dos vitoristas como “duros”; havia, ainda, os que procuravam um meio termo como moderado. Concluindo, temos também a percepção de Tomari sobre o acontecimento.

Deveria ser um dia de grande alegria. No entanto, ouço falarem na rendição incondicional do Japão, iludidos por notícias falsas enviadas dos Estados Unidos. Temos assim um dia de vergonha. Passei a noite sem dormir, chorando. Pensando bem, são muitos os pontos de interrogação. Espero a manhã do dia 16 para visitar o Velho. Dele ouvi palavras tranquilizadoras. Resumindo, concluo que foi uma grande vitória do Japão. Lágrimas de alegria correm sem parar. Só alegria, não me vem outro pensamento (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 270).

Ademais, no documentário, Hidaka informa que havia informações oficiais em sentidos opostos sobre o resultado da Guerra. Essa confusão continuou durante quatro anos. Em seguida, Oyama declara que o sentimento de vitória estava conectado a uma questão religiosa, de que o Japão era protegido por Deus. Por fim, Hidaka afirma que havia uma mensagem destinada aos japoneses no exterior, mas diz não se lembrar qual foi a mensagem e o documentário também acaba não falando mais sobre isso. Com uma análise comparativa das duas fontes, podemos determinar que a mensagem trata do Edito Imperial sobre o fim da guerra, mensagem enviada pelo diretor da filial Kaiko Chibata Miyakoshi no dia 3 de outubro de 1945 (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 281 a 284).

Seguindo a narrativa do documentário, Fukasawa expõe que no interior da comunidade existia um nacionalismo étnico, que entrou em conflito com o nacionalismo do Brasil naquele período. Dessa forma, Hidaka começa a relatar um episódio que ficou popularizado a partir do livro *Corações Sujos*, do escritor Fernando Moraes. Resumidamente, o episódio aconteceu na cidade de Tupã, interior de São Paulo, em que policiais foram averiguar uma denúncia de uma bandeira do Brasil hasteada. Quando chegaram ao local, houve algumas divergências e os policiais agrediram algumas pessoas e abusaram de sua autoridade. Por fim, limpavam as botas na bandeira do Japão. Com isso, sete japoneses foram à delegacia tirar satisfação sobre o ocorrido, entre eles Hidaka. O

protagonista relata que a narrativa do livro sobre eles irem à delegacia portando espadas é pura ficção e que o delegado visitou Hidaka em seu trabalho anos depois, e admitiu ter limpado as botas na bandeira do Japão.

De acordo com Toyama, os líderes esclarecidos, pessoas que moravam em São Paulo capital, que tinham o ensino superior e falavam português, desejavam orientar os japoneses que acreditavam que o Japão tinha vencido a guerra. Porém, ao invés de conscientizar essas pessoas, aconteceu o inverso, acabaram enfurecendo-as e assim foi o estopim para que o conflito vitorista-derrotista acontecesse. Do mesmo modo, Tadeo Nishikawa, que pertencia ao grupo dos esclarecidos, seguiu com sua campanha pelo esclarecimento. Mas, ao se deparar com as reações de seus compatriotas, escreveu uma carta exprimindo sua decepção (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 285).

Nesta perspectiva, Fukasawa explica que havia uma disputa entre grupos antagonistas, a ala conservadora e a esquerda. Neste sentido, podemos concluir que estes dois grupos não são devem ser entendidos no significado político atual. Segundo Fukasawa, a esquerda desejava o novo, expandir. E a ala conservadora é a tradicional, mais próxima ao cidadão comum, sendo o grupo de esquerda mais distante do cidadão comum. Resumidamente, Fukasawa e Toyama falam que o conflito foi progressivamente ganhando uma tensão desproporcional, e a ala da esquerda acabou se juntando com a Polícia. Por fim, afirmam que foi o totalitarismo de Getúlio Vargas o responsável pelo conflito.

Portanto, Toyama alega que foi nessa época que nasceu a Shindo Renmei, e outras organizações de cunho patriótico, como a Zaigo Gunjinkai e a Seika Renmei. A Shindo Renmei teria nascido como uma organização que acreditava que o Japão teria vencido a guerra e estaria preparando uma reemigração dos japoneses para as terras do sudeste asiático. Por outro lado, o grupo dos derrotistas ou esclarecidos acreditava que a Shindo Renmei estava por detrás dos atentados que aconteciam naquela época. Desse modo, a Shindo Renmei ficou associada aos vitoristas e vice-versa. Ou seja, o fato de acreditar na vitória do Japão, era sinônimo de sócio da Shindo Renmei.

Saindo um pouco do documentário, verificamos que, em 1944, Junji Kikkawa, ainda em seu regime de prisão, elaborou um manuscrito conhecido como “Espírito Kikkawa” (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA

IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 317 a 324). Este documento serviu de orientação do grupo Shindo Renmei. Ao o analisarmos, verificamos que, mais do que um grupo de perseguição das pessoas “desviantes de conduta”, tratava-se de um grupo que pretendia reorganizar a comunidade japonesa para reemigrarem para os domínios do Japão. Desse modo, é compreensível que tenha tido um grande número de associados.

Em 1939, o contingente de japoneses que reemigraram já era maior que a própria imigração (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 251). Shungoro Wako, no mesmo período realizou um levantamento na colônia no qual 85% dos imigrantes desejavam regressar. Isto já demonstra uma enorme insatisfação mediante o autoritarismo do período. Por exemplo, essa relação aparece em um dos relatórios da Shindo Renmei apreendido pelo DEOPS.

É possível que aconteça a mesma coisa em outras filiais, mas sondando o real estado de espírito de nossos companheiros daqui de Duartina, verificamos o seguinte: Acham que no caso de retornar à pátria da Grande Ásia Oriental, bastaria estar filiado a organização como a Shindo Renmei para escolher o melhor lugar em qualquer parte daquela ampla região (...) (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 331).

Então, Toyama declara que a Shindo Renmei não teve nenhuma ligação com os atentados. Em outras palavras, foi a Polícia de Ordem Política que fez um grande movimento contra a Shindo Renmei. Em seguida, Toyama afirma que o nome da Shindo Renmei era famoso, mas não era uma grande associação organizada. Foram os esclarecidos que mantiveram a versão de que a Shindo Renmei foi responsável pelos crimes. Por fim, afirma que não existem fundamentos para a afirmação de que a Shindo Renmei era o grupo mandante. Toyama usa como garantia de seu argumento os relatos de Tokuichi Hidaka, Horimo Yamashita, Taro Mashino, Hisamatsu Mitake, Eiti Sakane, Takao Oshiwa e também dos “últimos remanescentes”, dos quais ele não citou os nomes. Todos eles tiveram participação em algum assassinato ou atentado e afirmam que não tiveram nenhum envolvimento com o grupo Shindo Renmei. Os atentados ou assassinatos teriam sido de autoria exclusiva deles.

Como apoio a este argumento, o documentário traz o relato pessoal de Hidaka e Hiromi Yamashita, demonstrando que, antes de pertencerem a alguma

organização ou algo do tipo, eles mantinham uma relação de amizade antes mesmo dos atentados. Os alvos deles eram os principais líderes dos imigrantes, pois eram os líderes que espalhavam a informação sobre a carta de rendição do imperador para toda comunidade japonesa. Eles duvidavam da autenticidade desta carta. Essa conduta era inadmissível aos vitoristas.

Temos a narrativa do episódio do assassinato do Coronel Jinsaku Wakiyama, com o auxílio do relato de suas netas Leika e Miyoko. De forma resumida, Hidaka, Hiromi, Yoshida Kazunori e Shinpei Kitamura foram à casa do Coronel, entregaram uma carta em suas mãos e pediram para que ele cometesse o haraquiri/sepukku.<sup>8</sup> O coronel se recusou dizendo que estava muito velho para isso, e então eles atiraram. Após o assassinato, os quatro resolveram se entregar para a polícia. Do mesmo modo, Hidaka declara: “Nós assumimos o ato como japoneses. Jamais fugiríamos da nossa responsabilidade”. Além disso, assumiram porque os outros atentados causaram a prisão de inocentes. Toyama volta a reafirmar que a Shindo Renmei não teve relação com o atentado dos seis líderes da colônia. E questiona “Então, quem foi o mandante?”. Afirma que nem Hidaka sabe a resposta.

Esta passagem do documentário trata de uma das partes mais delicadas em termos da história do conflito, e das próprias afirmações de Toyama. É justamente nesta parte que as duas narrativas entram em um conflito maior. Para conseguirmos ter um olhar mais refinado sobre o episódio, necessitamos fazer uma análise que inclua os elementos narrativos do documentário com as informações e fontes do período do conflito.

Em primeiro lugar, é correto que a Polícia de Ordem Política realizou um grande movimento contra a Shindo Renmei e que no meio deste percurso suas ações reprimiram os direitos dos imigrantes e abusaram de sua autoridade. Do mesmo modo, verificamos anteriormente, que seus métodos de identificação eram infames levando em consideração a finalidade e eficácia que obtiveram (HANDA, 1987, p. 634 e 635). Além disso, Toyama afirma que não existiam fundamentos para a afirmação de que a Shindo Renmei era o grupo mandante dos assassinatos e com isso usa diversos argumentos a partir dos relatos dos imigrantes que tiveram participação destes episódios.

---

<sup>8</sup> Ritual suicida japonês reservado à classe guerreira, principalmente samurai, em que ocorre o suicídio por esventramento.



Por outro lado, nossa outra fonte oferece outros elementos para podermos compreender o evento. Um desses elementos é o próprio depoimento de Tokuichi Hidaka ao DEOPS, que contradiz o documentário.

Recebi treinamento diário na casa de Ogasawara, fui instruído como agir no caso de ser preso pela polícia. Foi-me ordenado que jamais, em qualquer circunstância, deveria – por mais sacrifício que me custasse - admitir minha condição de sócio da Renmei. Eu pertencia à Seção de Moços da filial de Tupã. Como era arriscado pagar a contribuição social (revelando a condição de sócio), não pagava. Na realidade, porém, sou membro ativo da Seção de Moços. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 345).

Neste sentido, há, ainda, o depoimento de Hiromi Yamashita que também participou brevemente do documentário.

Ogasawara era um dos organizadores do grupo e seu financiador. Recebi treinamento sob suas ordens. A sua maior preocupação consistia em ocultar o fato de que todos os membros do grupo pertenciam à filial da Renmei. Ele me ordenou severamente que o que íamos fazer constituía uma missão sagrada do grupo de assassinios. E no caso de cairmos nas malhas da polícia deveríamos declarar que agimos movidos por fervoroso patriotismo de moços, e que deveríamos negar a todo custo nossa filiação à Shindo Renmei. Mas na realidade sou associado à Shindo Renmei desde novembro do ano passado (1945). Entretanto, por pertencer ao Grupo de Moços estava isento de qualquer contribuição, inclusive da mensalidade. A última ordem de Ogasawara era de nunca revelar que sou membro da Renmei. Devo manter segredo até a morte, se necessário, disse-me. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 344).

Mas as coisas não terminam por aí. Kamegoro Ogasawara que, de acordo com outros depoimentos, era o mandante e membro fantasma da Shindo Renmei, também obedecia a ordens de um terceiro. De acordo com as evidências e com os depoimentos de outros membros, o principal idealizador dos assassinatos foi Seiichi Tomari. Ainda que Ogasawara tenha sido quem planejou pragmaticamente assassinatos a membros da colônia, como no caso do ex-coronel Wakiyama, Tomari aparece como aquele que dava as ordens para tal ação. Segundo o depoimento de Ogasawara, ele admite ter orquestrado o assassinato de Wakiyama:

(...) Visitei várias vezes Wakiyama que era meu amigo, investiguei seus hábitos, a estrutura da casa, a inexistência de vigilância policial, etc. Passado um mês, julguei chegado o momento azado, chamei Shinpei Kitamura, nomeei-o comandante do grupo, instruindo-o comandante do grupo, instruindo-o como matar Wakiyama. Disse-lhe: dirija-se à residência dele, entregue-lhe o ‘conselho para suicidar’ e instigue-o a praticar

haraquiri. Em caso de recusa, mate-o. A seguir, apresente-se à polícia e declare ter matado Wakiyama porque ele traíra a pátria sagrada. E sustente até o fim que não recebeu ordens de quem quer que fosse, nem se apoiou em plano de terceiros, que agiu de puro sentimento de amor à pátria. Essa orientação destinava-se a permitir que eu, em liberdade, pudesse prosseguir nas ações de vingança contra os traidores e levar a glória da pátria deshonrada, enquanto a polícia seria distraída com a apresentação dos criminosos. (...) (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 345 a 346).

Concluindo este trecho, segundo os depoimentos de Kazunori Yoshida, Hiromi Yamashita, Tokuichi Hidaka, Sujiro Mihara, Kotaro Komaba e do próprio Kamegoro Ogasawara, ele era quem financiava e coordenava o grupo de moços que estava “dentro” da Shindo Renmei, conhecido como Teishin Suishintai (Grupo de voluntários de propulsão) ou Kesshitai (Grupo suicida) ou também Jikottsutai (Grupo de auto-imolação). Este setor, que tinha vínculos indireto com a Shindo Renmei, foi responsável pelos assassinatos aos membros da comunidade japonesa que ficaram conhecidos como “derrotistas” ou esclarecidos.

É evidente que estes jovens acabaram de certa forma sendo manipulados por Ogasawara. Seu plano era utilizar a prisão dos jovens como distração para que ele pudesse prosseguir com seu plano de assassinar outros compatriotas. Ogasawara possuía uma lista com 23 nomes dos compatriotas esclarecidos (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 346).

Na estrutura da organização das filiais existia a chamada Suishinbu (Seção de Propulsão ou Promoção), com a função de “agir obedecendo às ordens da sede central”. Na realidade, era o órgão planejador e executor das atividades terroristas. Tomari era o chefe da Seção de Propulsão da sede. Nessa qualidade ordenou às seções de Propulsão das filiais do interior que elaborassem listas negras de elementos derrotistas e, ao mesmo tempo, ressuscitou o plano que havia elaborado no tempo da Kôdôsha para pôr fim às atividades produtivas favorecedoras do inimigo, orientando-as no sentido de “exterminar os infames derrotistas”. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 333).

Neste trecho, fica evidente que Seiichi Tomari foi quem elaborou a lista de assassinatos. O depoimento de Kiichiro Yoshi também confirma a posição de Tomari.

(..) O comandante da Kesshitai (Grupo suicida), que funcionava com o nome Suishintai é Seiichi Tomari, da sede central da Shindo Renmei. Ele é o comandante geral de todos os departamentos de Propulsão das filiais do interior. No caso de elementos do grupo derrotista se negarem a aceitar a

advertência do Grupo Suicida do Departamento de Propulsão, caberá à diretoria da sede central tomar a decisão final. (...) (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 349).

Os depoimentos de Ryotaro Negoro e Masanobu Sato também seguem esta mesma linha de argumentação sobre a posição de Tomari. E o que nos parece mais relevante dentro desses depoimentos é que, mesmo os diretores da Shindo Renmei não sabiam dos planos de execução de Tomari. Segundo Negoro,

Na realidade Seiichi Tomari era orientador teórico da Shindo Renmei, foi ele quem estabeleceu as diretrizes básicas da atuação da entidade. Normalmente, os planos passavam à execução após sua aprovação por Kikkawa. Por vezes, porém, executava-se um plano por decisão exclusiva de Tomari, sem passar pela aprovação do diretor-presidente. Isso era possível entre os membros da Renmei, por causa do prestígio e influência de Tomari. Quanto a este plano de terrorismo reconheço que foi escrito por Tomari (Doc. DOPS n.º 33), mas dele eu só tomei conhecimento agora. Neste plano estão incluídos atos de sabotagem e terrorismo, mas eu jamais aprovei previamente tais planos. O próprio diretor-presidente os ignorava. Reconheço que os atos de homicídio terroristas foram praticados com o planejamento e a instigação de Tomari. Por fim, declaro que fui contrário aos atos de sabotagem e violência física, porém, aprovei integralmente os demais planos de Tomari. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 347 e 348).

Neste mesmo sentido, segue o depoimento de Sato:

Seiichi Tomari ocupava o cargo de diretor do Departamento de Propaganda da Renmei e ao mesmo tempo era assessor do diretor-presidente Kikkawa. É verdade que ele traçou plano e programas de execução da entidade. Depois da aprovação pela diretoria, os planos estabelecidos por Tomari eram remetidos às filiais para a sua execução. Entretanto, alguns de seus planos foram remetidos às filiais sem o meu conhecimento e de outros diretores. E foram levados à execução. Este plano (Doc. N.º 33) que me foi apresentado agora, elaborado por Tomari, é um deles. Tomari era velho amigo de meu pai Masao Sato, que ocupava o cargo de diretor regional da Renmei. Acredito que ele recebia orientação direta de Tomari. Eu era encarregado de imprimir as instruções destinadas às filiais. E havia casos em que, sendo urgente, o próprio Tomari mimeografava. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 348).

O ex-tenente-coronel Junji Kikkawa ficou preso entre setembro de 1944 e novembro de 1945. “Em maio de 1946, foi preso e indiciado em processo de expulsão do território nacional, tendo sua prisão preventiva ordenada desde janeiro daquele ano” (DEZEM, 2000, p.107). Desse modo, fica evidente que o senhor Kikkawa, durante este período de distúrbio na comunidade, passou mais tempo em reclusão do que propriamente na liderança da entidade. Enfim, o depoimento de

Kikkawa sobre as ações de Tomari segue o mesmo fundamento que os de seus companheiros.

O chamado Departamento de Propulsão foi criado para ajudar patrícios em situação difícil. Reconheço que sob seu teto havia os Grupos de Moços. Ignorava que entre tais grupos existiam aqueles denominados Grupos de Castigo Divino, Matadores, Força Violenta ou Voluntários da Propulsão. A verdade é que os mais velhos não conseguiram controlar esses grupos. Reconheço essa possibilidade. Reconheço que o Manual do Patrulheiro foi escrito por Tomari, mas só agora tomei conhecimento dele. Embora tenha examinado todos os documentos relacionados com a Renmei escritos por Tomari, não sabia até agora que ele fala em 'eliminar os líderes canalhas, depois da organização de grupos de ação'. Reconheço à Renmei, todavia a execução destes planos de Tomari teve lugar depois da minha detenção. O plano de execução aqui citado foi elaborado desobedecendo à minha determinação e abrange atos que violam as leis brasileiras. Contudo, elogio o fervoroso sentimento patriótico de Tomari que transparece no documento. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 348 a 349).

Enfim, conseguimos verificar que, por mais que Kikkawa constitui-se a figura de líder da Shindo Renmei. As ações de sabotagem, e de criação de grupos para executar outros compatriotas, partiram das decisões de Seiichi Tomari.

Por fim, chegando ao final do documentário, Hidaka descreve que no livro *Corações Sujos* de Fernando Moraes, o coronel Kikkawa foi colocado como o mandante. Entretanto, de acordo com Hidaka, eles só se conheceram durante o seu tempo na prisão da Ilha Anchieta.

A seguir, Fukasawa comenta que foram os esclarecidos que criaram uma imagem da Shindo Renmei como uma organização terrorista e que isso foi afirmado historicamente. Consequente, nos parece que o documentário está problematizando investigações realizadas sobre a Shindo Renmei. Além de tudo, os vitoristas tomaram a liderança e reorganizaram as associações da comunidade. Por fim, afirma que a Shindo Renmei foi estereotipada como terrorista, para assim enfraquecê-los. Isto é, a Shindo Renmei atrapalharia os novos planos, o plano dos esclarecidos para a comunidade.

Prontamente, temos a exposição do relato de Hidaka sobre seus problemas pessoais. Seu delito conseqüentemente causou tantos problemas para a sua família quanto à família das vítimas. Em seguida, termina declarando: "Deixar registrada a história de todos os companheiros para a próxima geração. Se surgirem novos pesquisadores e interessados, quando já não estiver vivo. Acho positivo deixar registros como este à História".

E em relação aos atentados, Hidaka diz lamentar muito por tudo. E que naquela época, eles pensavam que só tinham aquele objetivo. E Hiromi também se pronuncia falando: “como se fôssemos os kamikazes dos aviões da Segunda Guerra. É igual”. Esta passagem demonstra como o contexto da Segunda Guerra Mundial, influenciava suas ações.

Finalizando o documentário, Toyama comenta que “Olhar esta história sem levar em consideração o governo, a economia, a história nacional da época, não é possível entender o conflito vitorista-derrotista”. Ademais, Toyama fala que era uma crença, quase como uma religião. O Japão, é o Imperador, é a Pátria. Enfim, Hidaka afirma nos últimos trechos: “Eu fiz por ser japonês. Não recebi ordem de ninguém. Vivo a vida como japonês”.

Concluindo, averiguamos bastante aproximações entre nossas fontes. Notoriamente, alguns pontos com mais destaques que outros. Por exemplo, tivemos no livro um maior enfoque em relação ao desejo dos imigrantes japoneses em reemigrarem, e também na questão do conflito gerado a partir do plantio de hortelã e seda. Enquanto, o documentário, focou muito mais nas restrições do regime do Estado Novo.

Além disso, a principal discordância entre as fontes é justamente sobre a Shindo Renmei. O documentário busca problematizar essa visão da Shindo Renmei como um grupo terrorista, afirmando que, este grupo não foi o mandante dos casos de homicídio e perseguição. Enquanto, o livro a partir dos depoimentos, traça uma linha de raciocínio, em que os depoimentos ligam a uma pessoa em especial, Seiichi Tomari. Além disso, afirma que havia um vínculo direto ou indireto com a Shindo Renmei (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 351).

Por fim, um dos aspectos que iremos destacar e problematizar no documentário, é a colocação que, a visão da Shindo Renmei como um grupo de terroristas, foi erroneamente reforçada pela história. Além disso, o documentário não deixa claro o que foi essa afirmação histórica, entretanto, podemos explorar os motivos dessa afirmação.

### **3.1 Yami no ichinichi e sua crítica à historiografia**

Para começar, o documentário afirma que foram os esclarecidos que criaram uma imagem distorcida da Shindo Renmei. Isto é, criaram uma representação da associação como uma organização terrorista e fanática, e que isso foi sustentado historicamente. Mas de que maneira isso foi sustentado? E, isso levanta algumas hipóteses a respeito, ou seja, o documentário está questionando a representação do grupo? As pesquisas realizadas sobre a Shindo Renmei? Ou propriamente o manuseio das fontes históricas, mais especificamente a narrativa construída a partir dos depoimentos do DEOPS?

Primeiramente, podemos perceber que a imprensa, a ação policial do período, e alguns trabalhos acadêmicos realizados sobre a Shindo Renmei não realizam somente uma crítica sobre esse grupo, mas também uma representação dele. Entretanto, boa parte das investigações realizadas sobre a Shindo Renmei, foram efetuadas com o uso dos depoimentos do DEOPS.

Em seguida, no documentário Toyama reitera que a Shindo Renmei ficou associada a quem acreditava na vitória do Japão. Isto é, as pessoas que acreditavam na vitória do Japão, logo pertenciam a Shindo Renmei. Seguindo esta linha de raciocínio, houve um grande movimento dos jornais de São Paulo (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 295), que noticiavam que os vitoristas eram um grupo de terroristas, fanáticos.

Os chamados “crentes na vitória”, que seriam a própria expressão de patriotismo, na realidade, em sua maioria, não passavam de sócios, como os mencionados há pouco, unidos por interesses imediatos.” (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 331).

Ao revisarmos alguns dos trabalhos realizados sobre o tema, podemos perceber que contextualizam muito bem toda problemática do período, e seus esforços de compreensão do tema seguem diversos caminhos de análise e abordagem. Por exemplo, a obra realizada pelo pesquisador Dezem (2000), *Inventário Deops: módulo III, japoneses: SHINDÔ-RENMEI: TERRORISMO E REPRESSÃO e Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*; trabalham muito bem em relação a expor os depoimentos e construir suas narrativas ao redor disso. No entanto, essas pesquisas não problematizam a forma como foram obtidos os depoimentos do DEOPS. A questão é, de que forma esses

depoimentos foram realizados, isto é, estamos levantando a hipótese de que a construção de alguns depoimentos possivelmente passou pelo processo de tortura. Neste sentido, temos uma passagem de Tomoo Handa (1987) sobre o período.

Quanto mais gente fosse presa e trancada em celas, sendo às vezes torturada, aumentando cada vez mais a insegurança, mais os japoneses achavam que a alternativa futura para escaparem dessa situação era o "paraíso" que seria construído na área de influência do Japão (HANDA, 1987, p. 644).

Em outras palavras, a história dessas pessoas que pertenciam à Shindo Renmei foi ofuscada pela sua representação. No capítulo 2. *A Shindo Renmei em duas narrativas: aproximações e distanciamentos*, constatamos que o grupo contava com um grande contingente de membros, cerca de 115.530 associados registrados. Em 1940, havia cerca de 144.523 imigrantes japoneses e seus descendentes. Em seguida, dez anos depois, havia cerca de 129.192 imigrantes japoneses. Com isso, podemos ter uma noção do que 115.530 associados a Shindo Renmei significavam naquela época.

Portanto, ao analisarmos as informações expostas, podemos concluir que o número de associados corresponde a quase toda a comunidade japonesa. Não sabemos qual era o critério utilizado para tornar-se um membro da Shindo Renmei, se era uma questão formal de filiação, ou até mesmo o fato de contribuir monetariamente já os incluía como membro. Entretanto, me parece que ao enquadrar a Shindo Renmei como terrorista e fanática, estaríamos classificando indiretamente a maioria da comunidade japonesa como tal. Isto é, haviam 115.530 imigrantes japoneses associados a Shindo Renmei, e tal classificação limita as possibilidades de análise e compreensão sobre o tema.

Enfim, a Shindo Renmei foi representada como um grupo homogêneo de modo que, os integrantes do grupo foram retratados como se tivessem a mesma visão sobre o que estava acontecendo. No capítulo anterior, demonstramos a insatisfação de alguns imigrantes japoneses em relação a sua situação no Brasil, e que muitos desejavam regressar aos domínios do Japão. Um dos episódios citados no capítulo anterior é o relatório apreendido pela polícia (ver p. 51) em que um membro da Shindo Renmei mencionava que muitos imigrantes acreditavam que só de pertencerem à associação, teriam uma vaga garantida para sair do Brasil.

Por fim, consideramos que uma grande parcela do que conhecemos sobre estes episódios foi levantada a partir do depoimento e da investigação realizada pela Polícia Política da época, o DEOPS. Mas é importante problematizar a forma como conseguiram tais depoimentos. Compreendemos que o período foi marcado por: violações dos direitos, um aparato repressivo do Estado, e prisões em massa com pouco critério.

Concluindo, o documentário traz uma crítica, no sentido de que essas fontes deveriam de ter sido no mínimo questionadas, e não trabalhadas como uma verdade dada, é necessário nos perguntarmos em quais condições os documentos foram redigidos? Com que propósito? Por quem? (PINSKY, 2005, p. 63). Dessa forma, o testemunho de Hidaka ao documentário tem o sentido de confrontar diretamente o depoimento realizado pelo DEOPS. Então, no documentário temos a afirmação do próprio Hidaka, no qual ele afirma não ter sido integrante da Shindo Renmei. E no depoimento dele ao DEOPS o contrário. Finalizando, verificamos que a maioria da comunidade japonesa acreditava na vitória do Japão, mas que vínculo era esse que predisponha com que tivessem essa concepção?

## **3.2 Vitoristas e derrotistas**

Antes de tudo, concluímos que o conflito iniciado entre os próprios imigrantes, que estava dentro de todo este contexto debatido, deu origem ao grupo Shindo Renmei. No começo do terceiro capítulo, ao analisarmos nossas fontes, conseguimos expor algumas problemáticas do tema. Por fim, podemos examinar como o conflito entre esses imigrantes tomou corpo, isto é, com que fundamentos esses imigrantes começaram a se distinguir e a considerar outros compatriotas como inimigos, traidores da pátria.

No subtítulo 2.2 O nascimento de grupos ultranacionalistas, observamos que foi a partir da circulação de boatos acerca da produção de menta e bicho-da-seda que surgiram sociedades clandestinas, e também os primeiros atritos entre os imigrantes japoneses. Todavia, foi com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial que temos essa diferenciação. Neste sentido, o diário de Masao Hashimura retrata bem o surgimento dessas diferenciações.



Se por conveniência, chamarmos os que aceitem a derrota de 'moles', e os vitoristas de 'duros', os que procuram meio-termo de moderados, o sr. Katsuda representava originalmente a ala moderada. Ele tinha facilidade de receber informações pela rádio. Assim sendo, era nosso costume ouvi-lo em casos de notícias urgentes. Portanto, a sua adesão ao grupo 'mole' representa um grave golpe para as pessoas de origem nipônica da idade A" (corte do restante)" (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 269 e 270).

Foi a partir deste momento que a relação entre estes imigrantes se transformou em algo muito mais complicado. Nos capítulos anteriores, ressaltamos que havia uma propagação de notícias sobre a derrota do Japão e que quem realizava a divulgação destas informações era considerado um traidor.

Então, surgiram duas formas de os imigrantes se identificarem. De um lado, havia os vitoristas, grupo formado pela maior parte dos imigrantes, e, do outro, os derrotistas, ou melhor os esclarecidos. Portanto, para compreendermos melhor, a forma com que os imigrantes japoneses começaram a se distinguir e se identificar em categorias opostas, precisamos situar o que é *identidade*.

Identidade é uma busca permanente, está em constante construção, trava relações com o presente e com o passado, tem história, e por isso mesmo, não pode ser fixa, determinada num ponto para sempre, implica movimento. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 148).

Além disso, não podemos esquecer do fato de que eles são imigrantes. Deste modo, além desse deslocamento espacial da imigração, há um deslocamento temporal. Em outras palavras, esse deslocamento temporal que a imigração implica está em constante ligação com o passado. Então, a identidade que este processo realiza, está ligada a recontar o passado por meio da memória e da afirmação da diferença. E segundo Hall (2003):

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de "tradição", cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua "autenticidade". É, claro, um mito - com todo potencial real de nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história." (HALL, 2003, p.29).

Dessa forma, essa relação dos imigrantes japoneses não acreditarem nas notícias de derrota do Japão, estava relacionada ao mito de origem do Japão, uma tradição. Isto é, o Imperador Hirohito é uma figura divina (Xintoísmo ou Shintoísmo).

Ademais, há o imaginário de um Japão imbatível pois em toda sua história, que nunca perdeu nenhuma guerra, e isso foi reforçado sobretudo após a vitória sobre a Rússia (1904-1905) (CARVALHO, 2017, p. 341). E a política restritiva do Estado Novo retirou totalmente a confiança dos japoneses, tanto no governo quanto na imprensa nacional.

É perfeitamente compreensível o choque psicológico sofrido pelos imigrantes: a maioria ainda se apoiava, em sua vida espiritual, na orientação da mãe-pátria, de cunho nacionalista, conforme observa Tomoo Handa. Certas crenças tradicionais, como o Yamato damashii (espírito japonês), o caráter divino da Família Imperial, a invencibilidade da nação nipônica, etc, inculcadas em sua alma desde a infância, os mantinham umbilicalmente ligados à terra natal. A campanha ultranacionalista, cada vez mais intensa, irradiada de Tokyo, reforçava essa tendência na mente dos imigrantes. Com o aumento da repressão — em especial no período da guerra — revigorou-se o sentimento direcionado para o Japão, criando-se ambiente propício a movimentos de resistência, como o dos "vitoristas". (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 160).

Além disso, muitos desses imigrantes tiveram seu processo educacional ainda no Japão. Desta forma, sua visão de mundo em relação ao Japão, a figura do Imperador, e as *tradições* (HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence, 2014, p.8), foram inculcadas no sistema educacional do Japão daquele período.

A essência da nação racializada do Japão dependeu do esquecimento do passado (RENAN 1990), invenção da antiguidade no presente (HOBBSBAWN & RANGER 1984) e a mudança da ideologia racial de um império japonês multiétnico para um Estado-nação japonês homogêneo. Assim, o mito da pureza sanguínea e homogeneidade japonesa se estabeleceram (SUZUKI 2003:11)(SASAKI PINHEIRO, 2009, p.40)".

Por fim, entendemos o que é uma nação nos termos que Benedict Anderson formulou. Além de ser uma entidade política, uma nação é uma *comunidade imaginada*:

porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conheceram, se encontraram ou nem sequer ouviram falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles. (HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence, 2014, p.8).

E entendemos que, assim como diversos Estados-nação elaboraram formas de passar a ideia de que seus membros constituíam um povo, que seriam etnicamente puros, ou seja, uma mesma raça. O Japão também realizou este

mesmo processo, os japoneses tinham esse pressuposto de serem todos iguais, ou seja, o Japão formulou uma concepção essencialista de identidade nacional.

o percurso desses movimentos pró-nacionalismo têm revelado com frequência a tentativa de construção de formações etnicamente “fechadas”, isto é, “puras”, alinhando-se a uma concepção essencialista de identidade nacional. (HALL apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 152).

E, é justamente neste aspecto de uma concepção fechada de identidade, que conseguimos refletir melhor sobre o conflito.

O conceito fechado de diáspora se apóia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. (HALL, 2003, p.33).

Em outras palavras, essa identidade cultural que surgiu em determinado momento se apoiou em uma concepção binária. Portanto, ser vitorista foi construído em oposição a ser derrotista, até porque o termo derrotista não denota quem acreditava na derrota. Apresentava a conotação de “aquele que deseja ou desejava a derrota do Japão” (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 369).

A fé inabalável na vitória do Japão tinha profundas raízes no sistema educacional do Império japonês, implementado no período Meiji (1868-1912). E, por essa razão, com exceção de parte dos primeiros imigrantes aqui chegados, os chamados imigrantes orientados pela “política nacional de emigração”, ou seja, aqueles que chegaram ao Brasil na década de 30, tinham recebido desde sua infância a sistemática educação de “súditos do Imperador”, de obediência absoluta ao micado. Estavam imbuídos da ideologia militarista e ultranacionalista de “Japão, país divino e invencível”. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 310).

Concluindo, o extremo dessa forma de pensar foi levado até as últimas consequências. Neste sentido, constatamos que houve assassinatos, atentados, perseguições, listas de morte; e em todos esses casos, havia somente um objetivo, “exterminar os infames derrotistas” (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 333). Dessa forma, podemos observar que o conflito além de estar atrelado as problemáticas do cerceamento de direitos dos imigrantes japoneses, também estava relacionada a sua visão de mundo.

## **Considerações finais**

Chegamos ao final da pesquisa, depois de todo debate e considerações, podemos concluir que essa investigação contribuiu para refletirmos e ponderarmos algumas questões sobre esse período, sobre o conflito e principalmente sobre a Shindo Renmei. Entretanto, não estamos encerrando essa discussão, as possibilidades de análise sobre o tema estão longe de se esgotar.

Resumidamente, retomaremos alguns pontos que foram discutidos em nossa pesquisa, principalmente as discussões que consideramos fundamental para o entendimento do tema.

Primeiramente, buscamos compreender as problemáticas que envolvem a questão de ser um imigrante. Com isso, buscamos auxílio no intelectual Sayad (1979), para assim entender as dificuldades sociais que envolvem uma migração moderna. Em seguida, trouxemos um breve histórico da imigração japonesa. Dessa forma, identificamos que o principal destino da imigração japonesa era os EUA, todavia, vimos que houve uma interrupção desse rumo. Além disso, apresentamos que um dos fatores para o Brasil negociar a vinda desses imigrantes foi, por parte, a diminuição da vinda dos Europeus ao Brasil. Por fim, discutimos as etapas da imigração japonesa, as diferenciando, e identificamos o período no qual Sakurai (2000) denominou de *imigração tutelada*.

Com isso, afim de compreender o ambiente em que os imigrantes estavam inseridos, destacamos as complicações do período relacionadas ao racismo. Sendo assim, evidenciamos ao longo da pesquisa, as etapas formuladas por Dezem (2005), primeiro a *gênese do discurso* (1878-1908), *consolidação do discurso* (1908-1934), *legitimação do discurso* (1934-42), *práxis do discurso* (1942-1948).

Por fim, abordamos o período de Getúlio Vargas no poder. Para assim, evidenciar o papel de agentes políticos que simpatizavam com a eugenia, verificamos os discursos desses agentes contra a imigração japonesa, e como isso influenciou nas decisões de políticas restritivas aos japoneses. Além disso, situamos como a questão da Segunda Guerra Mundial agravou ainda mais essa questão. Por fim, abordamos dois aspectos fundamentais para o surgimento de associações de cunho nacionalistas. Primeiro, o rompimento diplomático do Brasil com o Japão, resultando na retirada das embaixadas e o sentimento de abandono dentro da comunidade japonesa. Em segundo, verificamos o surgimento do conflito gerado a partir do cultivo de hortelã e seda.

Na introdução da pesquisa, afirmamos que o objetivo geral era analisar a narrativa histórica sobre o período, e principalmente sobre a Shindo Renmei. Em adição, os objetivos específicos eram analisar o que propiciou o surgimento do conflito vitoristas-derrotista, além de examinar questões da identidade cultural dos imigrantes japoneses.

Dessa forma, depois de contextualizar o período, partimos para análise de nossas duas fontes. O documentário *Yami no ichinichi* junto ao livro *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, a partir disso, estabelecemos

seu mérito como fonte histórica, e situamos nosso método utilizado para trabalhar com fontes audiovisuais.

Depois de situar o documentário, identificamos os personagens e expomos seus relatos, entrelaçamos a narrativa do documentário com o livro. Dessa forma, apresentamos os pontos de proximidade e distanciamento entre eles, e obtivemos grandes resultados. Isto é, evidenciamos como o relato de Tokuichi Hidaka no documentário, difere do depoimento recolhido pelo DEOPS. Este é um ponto fundamental, pois é com base nesse relato, que o documentário desenvolve sua principal crítica, que o grupo Shindo Renmei foi estereotipado como um grupo terrorista. E, que os crimes cometidos contra os patrícios não tiveram relação com a Shindo Renmei, foram crimes executados por ações de grupos isolados.

Apesar do documentário não expor de forma clara como essa questão foi afirmada historicamente, este é um ponto de extrema importância para o tema. Então, buscamos problematizar como isso foi afirmado historicamente. Com isso, trouxemos algumas hipóteses e inquietações para com que forma isso poderia ter sido afirmado historicamente. Além disso, buscamos identificar quantas pessoas poderiam ter participado da Shindo Renmei, entrelaçando o número de imigrantes japoneses com as fontes que indicavam o número de participantes da Shindo Renmei, e apesar de problematizarmos como se dava essa participação, tivemos um número considerável, representando assim a maioria da comunidade japonesa.

Por fim, expomos de que forma os imigrantes japoneses começaram a diferenciar-se, criando dois grupos antagônicos. De um lado, os vitoristas que acreditavam e pregavam a vitória do Japão, e do outro, os esclarecidos, que tinham a consciência de que o Japão perdeu a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, expomos as questões identitárias que propiciou para que os imigrantes japoneses não acreditassem na derrota do Japão. E isso, nos beneficiou imensamente no entendimento sobre o conflito vitoristas-derrotista.

Chegando ao final dessa pesquisa, gostaríamos de expor alguns pontos que fornecem grande contribuição a história sobre o ocorrido. Mesmo que não considerarmos que os depoimentos recolhidos pelo DEOPS foram a partir de torturas, e distorções de relato. Conseguimos evidenciar com esses depoimentos, que as ações de Seiichi Tomari, aconteciam de forma escondida dentro da Shindo Renmei. E ainda assim, os crimes cometidos contra os patrícios foram atribuídos toda Shindo Renmei. Gostaríamos de propor uma outra forma de compreender o

conflito, e com isso, colocar uma hipótese para futuras pesquisas. Todo esforço despendido para incriminar a Shindo Renmei, e assim, executar a prisão em massa de muitos imigrantes japoneses, não seria uma outra forma de legitimar de forma mais severa as restrições direcionadas aos imigrantes japoneses?

## **FONTES**

OKUHARA, Mario Jun. **Yami no Ichinichi – O crime que abalou a colônia japonesa no Brasil**, 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QDf\\_egB3MG4](https://www.youtube.com/watch?v=QDf_egB3MG4). Acesso em: 20 maio 2019.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (Brasil). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DAIGO, Masao. **Pequena história da imigração japonesa no Brasil**. Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa. São Paulo. 2008.

DEZEM, Rogério. **Hi-no-maru manchado de sangue: a Shindo Renmei e DOPS/SP**. São Paulo, Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

DEZEM, Rogério. **MATIZES DO 'AMARELO'**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo, Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: terrorismo e repressão**. Inventário DEOPS. Módulo. III. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

DEZEM, Rogério. " **Hi-no-maru manchado de sangue - A Shindo Renmei e o Deops/SP** " in TUCCI CARNEIRO, M. L., TAKEUCHI, M. Y., *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*, São Paulo: Edusp, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e meditações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.a. Queiroz., 1987.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. São Paulo, 1984.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

**Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil** / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. – Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um imigrante?** *Peuples méditerranéens*, n. 7, abr,-jun. 1979. Pp.3-23.

Dissertações e artigos:



CARVALHO, Diego Avelino de Moraes. **O MARTÍRIO NO SOL POENTE: das agruras (e)(i)migratórias à formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós-guerra no Brasil – o caso *Shindo-Renmei* (1868 – 1956)**. Goiânia, GO, 2017.

GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”: Política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. Campinas, SP, 2007.

GERALDO, Endrica. **“O combate contra os ‘quistos étnicos’: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”** in *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n.1, 2009.

MAKINO, Rogério. **As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa**. Brasília. Universidade de Brasília. 2010.

DEZEM, Rogério. **Matizes do ‘Amarelo’ A gênese no discurso sobre os orientais no Brasil (1878-1908)**. São Paulo, FAPESP/Humanitas/USP, 2005.

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. Campinas, SP, 2000.

SASAKI PINHEIRO, Elisa Massae. **Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo**. Campinas, SP, 2009.

SEYFERTH, G. **“Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político”**. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SEYFERTH, G. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; SHIRAISHI, Miertes Tiekko. **Código amarelo: dispositivos classificatórios e discriminatórios de imigrantes japoneses no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2016.

